



Índice

- 01 IV Jogos Indígenas será lançado oficialmente neste sábado em Marudá
- 02 Senador Figueiró critica resposta do Ministro da Justiça sobre conflito indígena
- 03 Produtor rural continua desaparecido em zona controlada por milícia indígena no sul da Bahia
- 04 Índios defendem cultura popular, desenvolvimento sustentável e visão integrada da realidade
- 05 Indígenas terão bolsas de apoio acadêmico na UEA
- 06 Castro Marim: Monte do Malhão recebe Thini-á, indígena da tribo brasileira Fulni-ô
- 07 Nota de repúdio às matérias do jornal Diário Catarinense contra a Terra Indígena Morro dos Cavalos
- 08 IV Encontro de Jovens Indígenas Tentehar/Guajajara da região Zutiwa e Angico Torto
- 09 Índios falam sobre morar no "Minha Casa, Minha Vida"
- 10 Nota dos familiares e organizações sobre anulação do julgamento que absolveu mandante do assassinato de casal extrativista
- 11 Pesquisa da Embrapa com produtos florestais não-madeireiros valoriza conhecimento tradicional



- 12** Extrativistas brasileiros expulsos da Bolívia serão assentados em Candeias do Jamari - VÍDEO
- 13** Aldeia temática de índios guarani é encontrada queimada em Aracruz
- 14** Antes de tudo, um pouco: Comunidade Quilombola do Barro Vermelho
- 15** MPF envia informações à Aneel sobre o cronograma de Belo Monte
- 16** As lutas sociais no campo: Modelos de produção em confronto, por Horacio Martins de Carvalho*
- 17** Projeto 'Biblioteca Cidadã' leva leitura para comunidades indígenas no TO
- 18** Lideranças do distrito de Extrema levam reivindicações a secretaria de Assistência Social
- 19** Vereador Dario participa do encerramento do Pronatec Indígena em Caarapó
- 20** Tacuru conquista 50 casas pra a comunidade indígena
- 21** Países não cumprem compromissos em relação ao desenvolvimento de crianças indígenas
- 22** Ampliação da escola indígena Ubaldo terá início nos próximos dias em Tacuru
- 23** Projetos econômicos e patrimônio cultural indígena são discutidos em Manaus
- 24** Seminário discutiu a inclusão educacional de afro-descendentes e indígenas
- 25** Povos indígenas e quilombolas: a mesma luta diante dos mesmos inimigos
- 26** MPF recomenda retorno das atividades em escola indígena no Pará
- 27** Jogos Urbanos Indígenas tem inscrições abertas



Boletim de Notícias - Edição nº 141 / 2014

Brasília, 14 de agosto de 2014.

-
- 28** [União é acionada para comprar área para índios no MS](#)
 - 29** [Proprietários de terra temem novos conflitos com indígenas](#)
 - 30** [Indígenas recebem atendimento da Vara da Justiça Itinerante na Casai](#)



IV Jogos Indígenas será lançado oficialmente neste sábado em Marudá

SÍTIO PORTAL NA HORA, 13.08.2014

No próximo sábado (16), às 19 horas, na praça de Marudá, distrito do município de Marapanim, região nordeste do Estado, será feito o lançamento oficial dos IV Jogos Tradicionais Indígenas dos Pará, um dos eventos mais emblemáticos da cultura, tradição e esporte paraense, que está de volta e cheio de renovação.

A quarta edição dos Jogos Indígenas ocorrerá na praia de Marudá, no período de 4 a 10 de setembro deste ano. O evento é uma promoção do Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer (Seel), em parceria com o Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena, e tem patrocínio da Celpa e da Caixa Econômica Federal. Outros parceiros são a Secretaria de Estado de Turismo (Setur) e a Companhia Paraense de Turismo (Paratur).

Disputar a primeira colocação sim, mas os Jogos Indígenas não são uma competição entre as tribos. Desde a primeira versão, as etnias encontram-se, principalmente, com o intuito de fazer uma interação entre as diversas tribos indígenas presentes.

Para atender e receber os participantes, uma grande estrutura está sendo construída e montada em Marudá, desde o fim do mês de junho deste ano. As obras se intensificaram desde julho e continuam em ritmo acelerado, para que tudo esteja pronto no final deste mês de agosto. Além disso, a Seel está promovendo, desde maio, vários encontros com a comunidade de Marapanim e Marudá para mostrar o impacto que esse evento, que tem alcance nacional e internacional, levará aos moradores.

Os IV Jogos Tradicionais Indígenas terão a participação de cerca de 600 atletas indígenas de 13 etnias do Pará. Cada etnia participará com uma equipe máxima de 30 pessoas. São elas: Aikewara, Arawete, Assurini do Tocantins, Assurini do Xingu, Gavião Kykatejê, Gavião Parkatejê, Guarani, Kayapó, Munduruku, Parakanã, Tembê, Xikrin e Wai Wai.

As etnias convidadas são os Pataxó, do Estado da Bahia, e os Xerente, do Tocantins. Os Pataxós são os mesmos que ficaram amigos e dançaram com os jogadores da Seleção de Futebol Alemã, que ficaram hospedados em Santa Cruz Cabralia, na região sul do estado baiano, bem próximo a aldeia dos indígenas, durante os preparativos para a Copa do Mundo.

Estrutura - A estrutura para receber os indígenas é composta de 16 ocas para os atletas ficarem hospedados, a arena para a disputa das modalidades com arquibancada com capacidade para 3,2 mil pessoas, uma oca para a administração, um restaurante com capacidade de atendimento de 750 pessoas, um infocentro, a pira olímpica – que é o símbolo dos jogos –, uma estrutura que contempla um ambulatório de atendimento médico, um almoxarifado, a secretaria executiva e a sala de imprensa.

CONT.



Além disso, dois grandes portais, um para o acesso do público e outro para os índios, estão em construção. Os materiais usados são aqueles a que os indígenas estão acostumados e que compõem o seu habitat natural.

Depois de encantar os paraenses em Tucuruí, em 2004, e Altamira, em 2005, os moradores da região de Conceição do Araguaia receberam os Jogos Indígenas em 2006. O formato da competição em Marudá promete ser de grande renovação da estrutura geral, mas mantendo as tradições indígenas. Continuam em evidência as exhibições das modalidades tradicionais, como a corrida de toras, arco e flecha (Apãnare), zarabatana, cabo de força, kagót, arremesso de lança e lutas corporais. Além disso, haverá disputas de futebol, natação e atletismo.

A interação se dá também nas apresentações de danças, feira de artesanato, exposição de fotografias, sessões de cinema, sessão de pajelança e cantos mostrados entre uma e outra competição, tornando os Jogos Indígenas um show de cultura e também de esporte.

Interesse – Um evento como os Jogos Indígenas desperta um grande interesse em todos. A Seel tem recebido inúmeras solicitações de credenciamento da imprensa nacional e internacional. Duas emissoras de televisão, uma da França e outra da Espanha, já fizeram contato solicitando participar da cobertura do evento.

Um fotógrafo de Belém, em parceria com uma agência de Brasília, organizou uma caravana de outros fotógrafos, que irá fazer uma imersão cultural numa expedição fotográfica. Eles ficarão seis dias em Marudá fazendo fotos do evento.

Para Ana Júlia Chermont, coordenadora geral dos IV Jogos Tradicionais Indígenas, a cobertura da imprensa será priorizada. “Temos o maior interesse de que esse evento se torne uma tradição em escala mundial. Estamos trabalhando arduamente para que tudo fique pronto e tenhamos a melhor edição dos Jogos”, disse a coordenadora.

Outro ponto que Ana Júlia evidencia é que os Jogos vão deixar um legado à comunidade local. “Quando fizemos a edição dos Jogos dos Povos Indígenas na praia do Crispim, também em Marapanim, em 2002, construímos um poço artesiano, que ao fim do evento, ficou para a comunidade, e está sendo usado até hoje por eles. Uma das nossas ações após os Jogos em Marudá será a doação de toda a madeira da estrutura para a comunidade do entorno”, informou.

Serviço:

Lançamento oficial dos IV Jogos Tradicionais Indígenas do Pará, promoção do Governo do Estado, por meio da Seel, no sábado, dia 16, às 19 horas, na praça de Marudá, nordeste do Estado. Entrada gratuita.

Fonte: Agencia Pará



Senador Figueiró critica resposta do Ministro da Justiça sobre conflito indígena
SÍTIO NOTICIDADE, 13.08.2014

O Senador Ruben Figueiró recebeu uma resposta do Ministro da Justiça Eduardo Cardozo ao requerimento aprovado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado sobre as providências tomadas para indenizar os proprietários da Fazenda Buriti em Sidrolândia, além das ações tomadas para solucionar os conflitos indígenas em Mato Grosso do Sul.

A proposta do requerimento foi feita pelo Senador Ruben Figueiró em fevereiro deste ano e contém inúmeras perguntas ao Ministro, todas com a finalidade de obter "respostas oficiais sobre um tema que vem se arrastando há vários anos", esclareceu o senador.

De acordo com Figueiró, depois de analisar o documento, ele concluiu que o "Ministro continua a tergiversar sobre a questão, empurrando com a barriga, sem apresentar respostas satisfatórias que possam solucionar o problema".

Na resposta do Ministro quanto à forma de pagamento proposta aos proprietários da região do Buriti, tanto no que se refere às benfeitorias e à terra nua, ele esclarece que a Mesa de Diálogo formada pelo Governo do Estado, Funai e Incra, propôs pagar indenização por meio de emissão de precatórios federais.

Além disso, o Ministro esclarece que não há definição para outras áreas do Estado, enfatizando não "haver recursos previstos" no orçamento para o encaminhamento das soluções dos conflitos.

De acordo com o Senador, diante deste encaminhamento, "não é possível confiar no Ministro Cardozo".

Figueiró lembra que "o Governo prometeu resolver a questão em 45 dias no ano passado e agora diz que não há recurso, propondo fazer a expedição de precatórios". "Trata-se de um absurdo; fica claro que a intenção é lesar os produtores e enganar as comunidades indígenas", enfatiza.

Segundo o senador o documento elaborado pelo Ministério da Justiça comete um grave equívoco ao tratar as áreas invadidas como "Terra Indígena Buriti" quando, na verdade, trata-se de "fazendas invadidas, cujas propriedades estão asseguradas pela legislação desde 1848".

Mortes Indígenas - No requerimento ao Ministro foi ainda questionado um esclarecimento do Governo Federal qual avaliação sobre a principal causa de morte entre indígenas em Mato Grosso do Sul, considerando divergência de dados que apontam para os conflitos fundiários, de um lado, e para motivações sociais (como alcoolismo, uso de entorpecentes e contendas domésticas), de outro.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 141 / 2014

Brasília, 14 de agosto de 2014.

De acordo com o Ministro as mortes de indígenas no Esado "possuem causas complexas, envolvendo diversos fatores dentre os quais a própria questão fundiária". O Ministério da Justiça, no entanto, ressalta que "não existe estudo oficial sobre o tema". (Com informações da Assessoria de imprensa)

Rallph Barbosa - Noticidade



Produtor rural continua desaparecido em zona controlada por milícia indígena no sul da Bahia

SÍTIO ATLANTICA NEWS, 13.08.2014

O produtor rural Raimundo Domingos dos Santos, de 52 anos, proprietário da Fazenda Cachoeirinha.

O produtor rural Raimundo Domingos dos Santos, de 52 anos, proprietário da Fazenda Cachoeirinha Continua desaparecido. A filha do produtor, Núbia Alves dos Santos, afirma que índios que disputam terras com produtores rurais estão mantendo o pai como refém na sede da Fazenda Brasília, localizada no distrito São João do Monte, no sul do Estado. A propriedade está invadida pela milícia indígenas que a usam como centro de operações.

O registro do possível sequestro foi feito na manhã desta segunda-feira (11), na Delegacia Territorial da cidade de Itabela. A polícia confirma o desaparecimento do produtor rural, mas ainda não assevera a participação de índios.

Ainda no final de semana, depois da comunicação da desaparecimento de agricultor, uma guarnição da polícia militar tentou chegar à sede da Fazenda Brasília, mas foi impedida pela milícia indígena que controla os acesso ao local.

Segundo o escrivão da unidade policial de Itabela, o vaqueiro que acompanhava o produtor rural informou que cerca de 30 homens armados com revólveres, pistolas e espingardas sequestraram o produtor no último sábado (9). Ainda de acordo com o escrivão, o vaqueiro relatou que os homens se autodenominavam como índios.

Em depoimento, o vaqueiro relatou estava com o produtor rural no momento da abordagem da milícia, mas conseguiu fugir pelo mato andando cerca de 14 km até encontrar ajuda com moradores locais que o levaram até o município de Itamaraju.

O caso está sob a responsabilidade do delegado titular José Hermano Costa. A Funai e à Polícia Federal (PF) já foram informadas sobre o possível sequestro, mas até agora não se manifestaram oficialmente.

De acordo com Núbia, o produtor Raimundo Domingues Santos teria recebido um comunicado de um cacique na sexta-feira (8) para buscar animais e pertences que estavam na fazenda invadida pelos índios. Ao chegar no local, na manhã de sábado, ele foi feito refém.

"Eles estão alocados na propriedade de meu pai e de outros fazendeiros também. Quando ele chegou lá, verificou que estava faltando alguns animais e recebeu a informação que o cacique da tribo queria falar com ele. Foi aí que ele seguiu para a fazenda em que o cacique estava", relatou Núbia.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 141 / 2014

Brasília, 14 de agosto de 2014.

A filha do produtor informou que ele conversou com o cacique, mas ao sair para ir embora, foi amarrado e agredido pelos índios, que estavam armados. Núbia também acrescenta que um compadre do fazendeiro estava com ele, mas foi liberado pelos índios.

"Não sabemos nada sobre ele. Eles omitem a informação e falam que já o liberou. Que ele já saiu desde sábado. Ele entrou e não saiu lá de dentro. Já procuramos a Polícia Federal e não dão suporte. Procuramos o batalhão de porto seguro", afirmou em Núbia em entrevista ao portal G1 de notícias.

Após prestar queixa na delegacia de Itabela, Núbia revelou que fará uma denúncia também na Procuradoria Federal. "Vamos conversar com eles para que eles possam intervir nesse caso com urgência".

Há menos de um mês um emissário da Secretaria Geral da Presidência da República atestou o clima de violência na região, conversou com índios armados e prometeu aos produtores rurais o envio da Força Nacional de Segurança à região. A promessa não foi cumprida.



Índios defendem cultura popular, desenvolvimento sustentável e visão integrada da realidade

SÍTIO UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 13.08.2014

Em seu novo livro "O Futuro Chegou", o sociólogo italiano Domenico de Masi defende que o Brasil oferece o melhor modelo para o futuro da sociedade. Duas entre inúmeras razões são a formação populacional mestiça e a sabedoria indígena, à qual, segundo o pesquisador, o Brasil deveria "boa parte de sua esfera inconsciente e emotiva", adequada ao contexto natural. A sabedoria desses "povos da floresta" pôde ser constatada, na manhã desta quarta-feira, 13, quando três lideranças indígenas deram aula a mais de cem participantes do módulo "Cultura Indígena na brisa da cura" do curso de extensão e disciplina "Artes e Ofícios dos Saberes Tradicionais".

Os índios Ailton Krenak, Álvaro Tukano e Benki Ashaninka revezaram-se na roda formada por estudantes de graduação, pós-graduação e comunidade externa para apresentarem a trajetória de vida de cada um e a luta em defesa das causas indígenas, que, para eles, também devem ser de toda a população. No Jardim Botânico da UFJF, na Mata do Krambeck, o trio entoou cânticos, orações e levou tinta natural de urucum para compor a palestra em meio a revoadas de maritacas.

Reconhecido internacionalmente pela aplicação do modelo de desenvolvimento sustentável na comunidade Ashaninka, no Acre, na fronteira entre Peru e Brasil, o líder Benki defendeu a indissociabilidade entre seres humanos e natureza como condição fundamental para o funcionamento harmônico do planeta. O indígena relatou ainda os esforços realizados para demarcar o território de seu povo, reflorestar mais de 21 mil hectares da área, realizar o manejo da flora e fauna e combater narcotraficantes e madeireiros. "Fomos ensinados por nossos avós a fazer o replantio de árvores se precisarmos tirar uma delas para montar uma casa ou canoa. Isso é para mantermos a existência da floresta para as próximas gerações diferentemente do que vimos acontecer por aí", disse.

A partir de trabalhos com adolescentes, Benki fundou o Centro de Formação Aiyoreka Ñtame, no município acreano de Marechal Thaumaturgo, para difundir a filosofia indígena, valorizar a cultura local e desenvolver práticas sustentáveis. "Era para ter livros sobre a história dos povos indígenas. O que é preciso é respeitá-los, unir as energias de cada um com a sociedade e descobrir momentos oportunos. A ciência não está só na academia", destacou.

Nascido em Minas Gerais, o ambientalista e ex-deputado federal eleito para a Assembleia Constituinte, em 1986, Ailton Krenak elogiou a oferta da disciplina na UFJF. "Nossas universidades devem ser uma importante porta de entrada para o conhecimento não sistematizado, que está nas nossas memórias, nas nossas tradições. As instituições devem ter algumas frestas para poder botar oxigênio, saúde [na produção do saber] assim como essas árvores deixam a luz passar por entre elas". O indígena criticou a prevalência da "matriz de

CONT.



pensamento europeu, branco, racional, sistemático” no ensino e na pesquisa e a exclusão do conhecimento tradicional ao longo dos séculos. “Somos [os índios] da tribo das pessoas que vivem o que falam”, afirmou, recomendando ainda que o cidadão deveria se esforçar para ter uma visão integrada da realidade, não apenas restrita ao cotidiano local e imediato, sob o risco de não compreender as consequências de crimes ambientais e sociais, mesmo que localizados em terras distantes.

Representante do povo Tukano, situado no município de São Gabriel da Cachoeira, no extremo noroeste do Amazonas, Álvaro Sampaio Tukano é uma das principais vozes críticas em relação aos embargos em demarcações de terras indígenas, à Fundação Nacional do Índio (Funai) e às políticas públicas destinadas a esses povos. No encontro no Jardim Botânico, o ambientalista focou no relato sobre as dificuldades enfrentadas junto a parlamentares para estabelecer limites aos territórios indígenas e defendeu o trabalho educacionais para essa população.

As aulas dos três líderes ambientalistas, iniciadas na última segunda-feira, 11, e que se estendem até a próxima sexta-feira, 15, não interessou apenas a moradores de Juiz de Fora. A professora de Artes, no Ensino Básico, Marta Prata Soares veio de Uberlândia, no Triângulo Mineiro, apenas para ouvi-los. A docente mantém interesse na cultura indígena, repassada para seus alunos em sala de aula, e fez curso a distância de Aperfeiçoamento em História e Cultura dos Povos Indígenas, oferecido pelo Centro de Educação a Distância da UFJF. “Mostro os grafismos de cada etnia para os alunos, falo sobre a pintura de urucum. Nesses encontros, a principal mensagem que fica é a de preservação”, disse.

Com a última aula na sexta-feira, a primeira edição do curso e disciplina “Artes e Ofícios dos Saberes Tradicionais” chega ao fim. A iniciativa foi dividida em três módulos semanais consecutivos, o primeiro abordou o tema agroecologia, o segundo apresentou o conhecimento quilombola, e o atual discute questões indígenas. Segundo o coordenador do curso, professor Daniel Pimenta, a disciplina optativa oferece quatro créditos para alunos de graduação, três para os do Programa de Pós-graduação em Ecologia da UFJF e certificado a participantes externos. Nova oferta do curso, no próximo semestre, dependerá de financiamento do Governo Federal. Se considerada a afirmação de Domenico de Masi, de que “a história dos brasileiros é longuíssima, que funda suas raízes nas míticas civilizações tupi e tapuia, e que exatamente desas raízes provém a sua melhor parte”, há ainda motivos sobre o que ensinar.



Indígenas terão bolsas de apoio acadêmico na UEA

SÍTIO A CRÍTICA, 13.08.2014

Estudantes oriundos de comunidades indígenas podem concorrer às 30 vagas do projeto, que irá oferecer bolsas de trabalho e vale-transporte

Estudantes indígenas regularmente matriculados na Universidade do Estado do Amazonas (UEA) terão direito a bolsas de apoio acadêmico, que irão auxiliá-los no período de graduação, a partir de outubro deste ano. O benefício é de R\$ 500, por mês, mais vale transporte e um contrato de um ano.

O edital para a realização do processo seletivo já está em fase de elaboração e vai oferecer 30 vagas em unidades de Manaus e interior do Estado.

Para ter direito à bolsa e ao vale transporte (que é de R\$ 70/mês), o indígena precisa possuir renda familiar per capita não superior a um salário mínimo e meio (R\$ 1.086); estar matriculado em cursos de graduação com carga horária média superior ou igual a cinco horas diárias; não ultrapassar dois semestres do tempo regulamentar do curso de graduação em que estiver matriculado para se diplomar; apresentar o Registro Administrativo de Nascimento Indígena (Rani), entre outros.

O anúncio de oferta das bolsas foi publicado em 22 de julho pelo reitor Cleinaldo Costa, no Diário Oficial do Estado (<http://data.uea.edu.br/ssgp/area/1/res/3462-44.pdf>), e é resultado de várias articulações feitas em 2013 pela Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (Seind) e parceiros, que culminaram na realização do primeiro seminário "Novos Caminhos para Consolidar as Políticas Afirmativas dos Povos Indígenas do Amazonas". O evento ocorreu em Manaus, nos dias 31 de outubro e 1º de novembro.

"O objetivo é buscar melhorias na questão da educação superior dos indígenas, a inclusão deles no mercado de trabalho e a volta para as aldeias, para que ajudem seu povo", frisou o secretário da Seind, Bonifácio José Baniwa.

A bolsa é concedida pelo Governo do Amazonas, com ênfase nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional e na Lei Estadual 2.894/2004, que dispõe sobre as vagas oferecidas em concursos vestibulares pela UEA.

Auxílio

O programa institucional visa prestar auxílio aos estudantes em condição de vulnerabilidade social e estimular a participação dos discentes, que não recebem os auxílios alimentação, transporte, moradia (casa do estudante e aluguel) ou outros benefícios concedidos pela UEA, no cotidiano das atividades acadêmicas e técnico-administrativas da universidade.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 141 / 2014

Brasília, 14 de agosto de 2014.

"A matéria tramitou na Assembleia Legislativa e agora entra na fase de elaboração do edital, para posterior divulgação e inscrição dos indígenas que concorrerão às vagas", informou a coordenadora de Assuntos Acadêmicos da UEA, professora Márcia Gonçalves Castro.

Carga horária

O número de vagas é definido em edital de acordo com a disponibilidade orçamentária da UEA. A carga horária semanal de atividades é de 20 horas semanais, em turno estabelecido pelo setor proponente do respectivo plano de trabalho.

Em data, previamente estabelecida em edital próprio, o órgão ou unidade acadêmica interessada em participar do Programa deve submeter um Plano de Trabalho elaborado pelo seu gestor que ficará responsável pelas atividades nele contidas.

O prazo de duração da bolsa referido no inciso 5 deste artigo poderá ser de até 12 meses, caso tenha interesse em renovar deverá ser apresentado novo plano de trabalho submetido a um novo edital.

Dados relevantes

Mais de mil alunos se matricularam na UEA no primeiro semestre de 2014, sendo 637 no curso de Pedagogia Intercultural Indígena (Proind). Atualmente a instituição possui 111 indígenas diplomados.

No último dia 5, a UEA divulgou os editais do Vestibular e do Sistema de Ingresso Seriado (SIS) para 2015. Das 6.650 vagas, 158 são destinadas a indígenas.

* Com informações da assessoria de comunicação da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (Seind)

Castro Marim: Monte do Malhão recebe Thini-á, indígena da tribo brasileira Fulni-ô
SÍTIO DIÁRIO ON LINE, 13.08.2014



Thini-á, indígena da tribo brasileira Fulni-Ô, vai estar no Monte do Malhão, em Castro Marim, amanhã e quinta-feira, dias 13 e 14, para contar a história da sua tribo, falar da sua missão no mundo e convidar os interessados a participar numa roda xamânica.

Aprender as danças da tribo e viver momentos de profunda espiritualidade de Fulni-ô são outros dos objetivos deste evento.

As actividades vão acontecer entre as 18:00 e as 21:00 horas, em pleno campo, no espaço de turismo rural e cultural.

A participação nas actividades custa 20 euros, sendo que as receitas revertem integralmente para a missão de Thini-á, que pretende escrever um livro sobre a resistência dos Fulni-ô às aculturações.

A inscrição prévia é recomendada. Mais informações podem ser obtidas junto do contacto 964073196.



Nota de repúdio às matérias do jornal Diário Catarinense contra a Terra Indígena Morro dos Cavalos

SÍTIO CIMI, 13.08.2014

O Conselho Indigenista Missionário - Regional Sul vem a público manifestar sua indignação e repúdio às matérias publicadas pelo jornal Diário Catarinense, do grupo RBS de Comunicação, veiculadas entre os dias 7 a 11 de agosto, sob o título de "Terra Contestada", que trata sobre o processo de demarcação da Terra Indígena Morro dos Cavalos, do povo Guarani localizada no município de Palhoça (SC).

Por meio de um caderno "especial", dividido em cinco partes, com 20 páginas no total, mais editorial, o jornal externa sua visão desqualificada e anti-indígena contra os Guarani, demonstrando uma profunda falta de conhecimento a respeito da realidade dos indígenas.

A publicação é desqualificada por procurar influenciar os leitores no sentido de que a luta dos Guarani do Morro dos Cavalos pela demarcação de suas terras tradicionais seria fruto da manipulação de ONGs, e que estas estariam influenciando os Guarani. Além disso, também afirma que toda a ação foi desenvolvida por agentes externos, como se os Guarani não fossem agentes de seus processos históricos, como se fossem tutelados pelas ONGs e precisassem ser representados. Essas práticas, já condenadas pela literatura indigenista, só são utilizadas em casos de racismo e desrespeito por aqueles que desejam negar os direitos dessas populações. O jornal afirma ainda que os Guarani que vivem no Brasil são estrangeiros (requeitando inverdades produzidas pela revista Veja, já amplamente contestadas). Além de demonstrar desconhecimento e desrespeito aos indígenas, trata-os com desdém, porque sequer foram ouvidos.

O único Guarani ouvido vive fora da terra indígena há anos e é aliado de grupos contrários à demarcação, cujos argumentos e posição não são sustentados por nenhum outro Guarani. De maneira cínica, o editorial diz que não está contra os Guarani, mas em todo momento condena a demarcação da terra.

O jornal comete inverdades também ao afirmar que os Guarani não habitam tradicionalmente o Morro dos Cavalos e que o Tribunal de Contas da União (TCU) teria manifestado que a TI Morro dos Cavalos não é tradicional e que os Guarani atrapalham a duplicação da BR-101. A ocupação tradicional da TI Morro dos Cavalos está amplamente demonstrada no procedimento administrativo de demarcação através de documentos históricos, mapas, livros e a memória oral. Toda documentação levantada explicita que a população que habita o Morro dos Cavalos faz parte do mesmo povo que habitava o litoral quando da chegada de Cabral, muito embora foram erroneamente nominados por agentes externos com os mais variados nomes. O TCU não é órgão competente para declarar a tradicionalidade de ocupação de Terra Indígena. Essa atribuição compete à Fundação Nacional do Índio (Funai) e ao Ministério da Justiça. A construção dos túneis no Morro dos Cavalos não depende dos Guarani, mas do licenciamento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Os Guarani já manifestaram várias vezes, desde 2001, que não se opõem à construção dos túneis.

CONT.



Fontes desqualificadas

Questionamos e repudiamos o fato de um jornal dar destaque para um antropólogo, no caso Edward Luz, que foi expulso da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) por falta de ética profissional. O referido antropólogo não conhece os Guarani e é contratado pelo agronegócio para produzir contra laudos. A atitude do jornal se assemelha a buscar um médico cirurgião expulso do Conselho Regional de Medicina ou um advogado expulso da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Agressivo

Questionamos e repudiamos a tentativa do jornal de querer desqualificar, de maneira agressiva, o trabalho do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), de São Paulo, e da antropóloga Maria Inês Ladeira, que foi coordenadora do Grupo Técnico de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Morro dos Cavalos. Maria Inês há anos trabalha junto aos Guarani e tem um estudo aprofundado sobre o território desse povo, além de, principalmente, ser bastante respeitada pelos indígenas. Pelo nível de agressividade e intolerância, nos perguntamos: Que interesses há por trás da publicação de matérias como essas? Quem pagou por essas matérias? Quem pagou pela arte do site do jornal?

Campanha anti-indígena

Sabemos que essas matérias fazem parte de mais uma campanha orquestrada contra os direitos indígenas com o objetivo de criar uma animosidade da população. Essa campanha já foi denunciada em dezembro de 2013, quando várias entidades e pessoas da sociedade civil assinaram a "Carta de repúdio às manifestações e ações anti-indígenas em Santa Catarina", onde denunciam que esse jornal, além de outros meios de comunicação, estava veiculando "notícias falaciosas e preconceituosas, além de fomentar opiniões declaradamente anti-indígenas. Estes veículos que deveriam primar pela verdade, pela imparcialidade e pela transparência, bem como pelo respeito à Constituição, têm, ao contrário, veiculado apenas as visões dos grupos que se opõem aos direitos dos povos originários, sem dar espaço a outros setores da sociedade e aos próprios indígenas".

O Cimi Regional Sul defende o direito de liberdade de expressão, mas condena o abuso de poder. Exigimos a retratação do jornal com o mesmo espaço para que a voz dos indígenas seja ouvida. Além disso, faremos uma reclamação junto à Associação Brasileira de Imprensa.

Florianópolis, 12 de agosto de 2014



IV Encontro de Jovens Indígenas Tentehar/Guajajara da região Zutiwa e Angico Torto
SÍTIO CIMI, 13.08.2014

O IV Encontro de Jovens Indígenas Tentehar/Guajajara da região Zutiwa e Angico Torto aconteceu entre os dias 25 a 27 de julho de 2014, na aldeia Zutiwa, no município de Arame-MA. O encontro tinha como tema: Jovens Indígenas, e a Luta por seus Direitos. Com o objetivo de organizar a juventude para enfrentar a criação de leis de iniciativas dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário que tendem a restringir e retirar direitos que pareciam consolidados e definitivos para os indígenas no Brasil.

Estiveram presentes jovens das aldeias, Zutiwa, Lago Branco, Nova Lima, Tarrafa, Papa Mel, Vargem Limpa, Formiga, São Domingos, Abraão, Patizal, Cajá, Portugal, Buritirana, Arymy, Alto Mirim, Ipiranga, Iarazu, Preguiça Queimado, Barro Branco, Bela Vista, Pitombeira, Naipó, Vila Nova, na Aldeia Zutiwa, Terra Indígena Araribóia, município de Arame-MA, no IV Encontro de jovens indígenas Tentehar/Guajajara da região Zutiwa e Angico Torto, somando mais de cem durante o encontro.

A juventude Tentehar/Guajajara anuncia que a resistência será à luz da sabedoria dos ancestrais e da experiência de guerreiros e guerreiras apontando para um tempo de luta. Destacaram que garantia do território é o direito primário, e a condição para a sobrevivência física e cultural. "São os jovens que vão levar a luta para frente. É importante lutar pelos direitos", afirma Edivan Guajajara.

A união foi destaque durante o encontro. "Temos que nos unir para enfrentar as coisas que estão vindo. A Funai não está ligando para nós. Vamos reagir, levantar e lutar por nossos direitos", diz Arthur Guajajara.

Para os jovens indígenas Tentehar/Guajajara a defesa do território é de fundamental importância. Destacaram que sem o território, os povos indígenas não têm vida, exatamente porque não é possível plantar, caçar e pescar. A garantia do território é a condição primeira para a sobrevivência física e cultural.

A juventude indígena enfatizou que a defesa do território significa a defesa da mãe natureza. Deuzimar Guajajara, da Aldeia Zutiwa falou emocionado e ao mesmo tempo preocupado, enfatizou que "a terra é a única riqueza que o índio tem e essa terra que os fazendeiros e as mineradoras estão querendo tomar de nós, nós não vamos deixar tomar o nosso lar a nossa casa é nosso direito. Quero dizer para nós índios de toda terra, vamos lutar com nossa força até morrer pelo que é nosso, que é nossa terra".

Os jovens indígenas Guajajara convidam a lutar pela terra e pela garantia de seus direitos, que logicamente, tendo os direitos e o território garantido, expressa a continuidade do Bem Viver que confronta com o projeto de morte que o sistema capitalista através do legislativo e do judiciário quer impor aos povos indígenas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 141 / 2014

Brasília, 14 de agosto de 2014.

Historicamente os povos indígenas têm resistido, e agora não será diferente como afirma a jovem Guajajra Janiaina. “Nosso dever é lutar pela nossa terra, pela educação e a saúde. Agente tem que falar por nosso povo que sofre muito. Devemos defender nosso direito e conseguir nosso objetivo”.

Expressando muita garra e convicção que é necessário levantar a voz contra os projetos de mortes, os jovens indígenas se comprometem a: Lutar pelos direitos e permanência do território; pelo fortalecimento organizacional e cultural; pela criação de uma universidade indígena e melhoria na educação básica; lutar por uma saúde de qualidade nas comunidades e a realização de estudos de temas relativos à temática indígena.

Por fim, a juventude e as lideranças presentes reafirmaram o compromisso de continuar lutando incansavelmente em defesa de seus direitos.



Índios falam sobre morar no "Minha Casa, Minha Vida"

SÍTIO BRASIL 247, 13.08.2014

Favela 247 – Vinte famílias indígenas retiradas no ano passado de uma ocupação no prédio do antigo Museu do Índio, no Maracanã, dividem agora o mesmo bloco de um conjunto habitacional do programa Minha Casa, Minha Vida, como mostra matéria de Pâmela Oliveira publicada pelo jornal Extra.

Chamada pela publicação de "aldeia vertical", ela é localizada na Rua Frei Caneca, no Estácio, e possui um cacique que possivelmente ocupará a função de síndico: Carlos Tukano, que conta não estar sendo fácil a adaptação à regras dos demais ocupantes. No total, 998 famílias foram contempladas com apartamentos no conjunto habitacional construído no terreno de um presídio desativado em 2006. "Aqui não pode nada e, ao mesmo tempo, pode tudo. A gente não pode furar a parede para pendurar a rede sem autorização. É proibido fazer fogueira para assar um peixe no gramado. Não temos local para fazer nossas danças, nossos rituais. Ao mesmo tempo, a desordem é grande. Outros moradores não respeitam as regras: ligam aparelhos de som tarde da noite e correm com motocicletas nas áreas que deveriam ser usadas por pedestres", diz o cacique e futuro síndico à reportagem do Extra.

Tukano nasceu no Amazonas, mas o bloco 15 do conjunto conta ainda com índios vindos de vários estados do País, como Bahia, Goiás e Pernambuco. Alguns deles, inclusive, encaram de outra forma as diferenças culturais. Caso da índia Iracema Pankararu, 47 anos, que chorou ao ver pela primeira vez o apartamento de dois quartos, sala, banheiro, cozinha e área de serviço. "Isso aqui é um paraíso, nunca morei num lugar tão bonito! Saí de Pernambuco quando me separei, cheguei ao Rio sem lugar para ficar. Quantas vezes invadi prédios e fui expulsa! Às vezes, acho que isso é um sonho. Não posso estender roupas ao sol nem criar animais. A gente estranha as regras, mas tem que se habituar".

Já o pataxó Joatã Santos, de 27 anos, se prepara para receber a mulher e o filho, de 8 anos, que virão da Reserva Barra Velha, na Bahia, para morar com ele. Joatã se preocupa com a falta de espaço para seu filho, acostumado com a vida na aldeia: "Lá ele vive solto, toma banho no rio com as outras crianças. Aqui, vai ter que brincar no condomínio. Vamos precisar ficar mais atentos, porque não conhecemos as pessoas. Lá, todos são parentes, as famílias se frequentam há muitos anos.", afirmou.



Nota dos familiares e organizações sobre anulação do julgamento que absolveu mandante do assassinato de casal extrativista
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.08.2014

Na manhã desta terça-feira, 12 de agosto, o Tribunal de Justiça do Pará, anulou o julgamento que absolveu José Rodrigues Moreira, acusado de ser o mandante do assassinato de José Claudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo Silva, crime ocorrido no projeto de assentamento agro-extrativista Praia Alta Piranhiera, no dia 23 de maio de 2011. O julgamento que a absolveu José Rodrigues ocorreu em Marabá, no dia 05 de abril de 2013.

Inconformados com a decisão do jurados, os advogados das famílias das vítimas e o Ministério Público, ingressaram com recurso de Apelação perante o TJ Pará, alegando que a decisão dos jurados contrariou as provas existentes no processo que incriminava José Rodrigues. Os desembargadores, por unanimidade, concordaram com os argumentos contidos na apelação, anularam o julgamento e ainda decretaram a prisão de José Rodrigues. De acordo com a decisão, ele terá que permanecer preso até a realização de novo julgamento.

Tão logo o processo retorne à comarca de Marabá, os advogados dos familiares e irão ingressar com Pedido de Desaforamento, requerendo que o próximo julgamento de José Rodrigues ocorra em Belém e não mais em Marabá. Os representantes dos movimentos sociais e das entidades de direitos humanos entendem que, nesse tipo de crime, os jurados de Marabá, sofrem pressões de setores ligados aos fazendeiros e, por esta razão, não julgam com a imparcialidade exigida pela legislação processual penal.

Na opinião dos movimentos sociais e entidades de direitos humanos que assinam essa nota, outro fator que influenciou na decisão de absolvição do acusado, foi o comportamento tendencioso do juiz Murilo Lemos Simão, durante a fase processual e durante a sessão do tribunal do júri. A afirmação do magistrado no texto da sentença final, de que "o comportamento das vítimas contribuiu de certa maneira para o crime (...) pois tentaram fazer justiça pelas próprias mãos, utilizando terceiros posseiros, sem terras, para impedir José Rodrigues de ter a posse de um imóvel rural", foi vista como uma tentativa de criminalizar as vítimas, manchar a história e a memória do casal.

No mesmo julgamento, os Desembargadores mantiveram as condenações de Lindonjonson Silva e Alberto do Nascimento, negando o pedido de novo julgamento para eles, feito por seus advogados.

O acusado José Rodrigues, responde ainda perante a Justiça Federal de Marabá, pelos crimes de ocupação ilegal de terra pública, crime previsto na Lei 4.947/69 e Estelionato Majorado, previsto no Art. 171 do Código Penal. A ação foi proposta pelo Ministério Público Federal. No entanto, o processo está praticamente parado na 2ª Vara Federal de Marabá, devido o oficial de justiça não ter localizado José Rodrigues, mesmo ele morando no lote do conflito, para intimá-lo da denúncia. Mesmo respondendo a processos por ocupação ilegal de terra pública,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 141 / 2014

Brasília, 14 de agosto de 2014.

estelionato e duplo homicídio, o INCRA ainda o mantém assentado no mesmo lote que deu origem a todos esses crimes. O próximo passo dos familiares será ingressar com uma ação na Justiça Federal contra o INCRA por estar sendo conivente com as ilegalidades.

Marabá/Nova Ipixuna, 12 de agosto de 2014.

Familiares de José Cláudio e Maria do Espírito Santo.

Comissão Pastoral da Terra – CPT da Diocese de Marabá.

Federação dos Trab. na Agricultura do Estado do Pará – FETAGRI.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos – SDDH.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Ipixuna.

Associação dos Trab. Rurais do Projeto de Assentamento Agro-extrativista.

–

Fonte: Justiça Global



Pesquisa da Embrapa com produtos florestais não-madeireiros valoriza conhecimento tradicional

SÍTIO PAINEL FLORESTAL, 13.08.2014

Esta é apenas uma das avaliações do 2º Seminário/Workshop do Projeto Kamukaia, que está sendo realizado em Macapá até esta sexta-feira, 15

A contribuição do conhecimento dos extrativistas nos resultados bem sucedidos da pesquisa agroflorestal com castanha-do-brasil, andiroba e copaíba, foi destacada pela pesquisadora Lúcia Wadt, da Embrapa Acre, durante a abertura do 2º Seminário / Workshop do Projeto Kamukaia, na noite de segunda-feira, 11, em Macapá (AP). O evento prossegue até a próxima sexta-feira, 15, no auditório da Embrapa Amapá, reunindo pesquisadores da Embrapa, gestores, técnicos e acadêmicos vinculados a atividades do setor florestal.

“Temos a percepção de que não fazemos manejo sustentável sem conhecermos aspectos ecológicos das espécies de interesse da pesquisa. É importante trabalharmos com as comunidades tradicionais, porque elas têm o conhecimento empírico fundamental para estudos básicos e definição de técnicas de manejo”, afirmou a pesquisadora, coordenadora da Rede Kamukaia, que reúne atualmente 68 participantes de 12 instituições.

O Projeto Kamukaia é uma rede de pesquisa coordenada pela Embrapa Acre e conta com equipes da Embrapa de todos os estados da região Norte. O termo Kamukaia é derivado das palavras de língua indígena Wapixana: kamuk e aka, que significam produtos da floresta. Iniciado em 2005, o Projeto Kamukaia “Manejo Sustentável de Produtos Florestais não Madeireiros na Amazônia” tem como objetivo consolidar informações da ecologia e manejo de espécies florestais com uso não-madeireiro que auxiliem na recomendação de práticas de manejo sustentável para a Amazônia. Os resultados estão organizados e disponibilizados por meio de 21 artigos científicos, 13 publicações técnicas, 59 resumos publicados em eventos científicos, 13 monografias de graduação e Iniciação Científica, 27 dissertações de mestrado e teses de doutorado e um livro. “Tudo isso é resultado de muito trabalho de campo. Um dos desafios da pesquisa agora é estimar o valor e o potencial de produção da floresta”, observou Lúcia Wadt.

Um dos objetivos 2º Seminário / Workshop do Projeto Kamukaia, realizado em parceria da Embrapa com o Instituto Estadual de Florestas do Amapá (IEF), é apresentar os resultados de pesquisas desenvolvidas nos últimos sete anos, incluindo a primeira e segunda fase do projeto. Nos dias 11, 12, 13 e 15, será realizado o Seminário com apresentações e debates sobre os resultados das pesquisas e integração com políticas públicas e projetos de desenvolvimento baseados nos produtos florestais não-madeireiros. No dia 14, quinta-feira, acontecerá um Workshop exclusivo para os participantes do Projeto Kamukaia.

Durante a abertura do evento, o chefe-geral da Embrapa Amapá, Silas Mochiuti, enfatizou a
CONT.



necessidade de que a próxima etapa do Kamukaia direcione investimentos em tecnologias e ações de desenvolvimento para as comunidades extrativistas. "Nosso grande desafio agora é transformar estes dados, que são importantes, em benefícios reais para nossos extrativistas a fim de que seja reduzida, por exemplo, sua condição de vulnerabilidade no custo de produção dos produtos derivados das espécies florestais", acrescentou Mochiutti.

CONT.

O Projeto Kamukaia foi criado para aumentar as possibilidades de manejo de produtos florestais não-madeireiros na região Norte. Para as espécies principais – castanha-do-brasil, andiroba e copaíba – têm sido realizados estudos consistentes com resultados úteis na definição de diretrizes técnicas para o manejo dessas espécies no plano nacional que visa promover as cadeias produtivas da sociobiodiversidade.

Os resultados também servem de base para projetos e políticas públicas de desenvolvimento local nos estados. Entre os impactos das pesquisas no Amapá estão o Projeto Carbono Cajari, voltado para o desenvolvimento de comunidades de castanheiros da Reserva Extrativista do Cajari (Laranjal do Jari/AP). Dados gerados pelas pesquisas do Kamukaia também contribuem para o Programa Pró-Extrativismo, do Governo do Estado.

O coordenador do Pró-Extrativismo, Madson Rocha Alan de Sousa, enfatizou a parceria do IEF com a Embrapa como uma estratégia a ser consolidada. "O Pró-Extrativismo é voltado ao fomento da cadeia produtiva do açaí, castanha-da-amazônia e cipó-titica com iniciativas de apoio ao manejo e comercialização desses produtos. Existe todo interesse do Governo, do IEF, em atuarmos juntos para o desenvolvimento das comunidades extrativistas", disse Madson Sousa.

A próxima etapa do Projeto Kamukaia está sendo articulada na forma de arranjo de projetos, voltados ao manejo para uso múltiplo da floresta, sendo aberta a oportunidade de estudos com outras espécies potenciais para o desenvolvimento da região Amazônica. Nessa fase, também espera-se consolidar e validar as diretrizes de manejo para as espécies principais, além de fortalecer aspectos de pós coleta, para geração de produtos beneficiados com maior valor agregado.



Boletim de Notícias - Edição nº 141 / 2014

Brasília, 14 de agosto de 2014.

Extrativistas brasileiros expulsos da Bolívia serão assentados em Candeias do Jamari - VÍDEO

SÍTIO RONDÔNIA AO VIVO, 13.08.2014

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=Or3xIR6Z7Zw

Na manhã desta terça-feira (12), uma missão diplomática conduzida pelo Consulado Brasileiro em Cobija (BO) e OIM – Organização Internacional para Migrações da ONU, com apoio do Incra em Rondônia levou 24 famílias para conhecerem o projeto de PAF Jequitiba em Candeias do Jamari, onde serão assentados, sete anos após serem expulsos da Bolívia por paramilitares campesinos do país vizinho

O assentamento fica distante cerca de 120 km da capital e terá apoio do Incra/RO através de projetos de financiamento e fomento da atividade extrativista.

Dennis Rodriguez, coordenador do projeto de reassentamento Brasil Bolívia disse desde o conflito em 2007/2008, quando centenas de brasileiros foram expulsos da faixa de fronteira (50KM) do país vizinho, a OIM identificou e encaminha no projeto o reassentamento em território brasileiro de cerca de 600 famílias.

“A maioria optou pelo estado do Acre, foram 153 famílias em 2012, 96 em 2013 e até o final de 2014, mais 320 expatriados serão reassentados” disse Dennis.

O Consul do Brasil em Cobija (BO), Guillermo Arantes Barbosa afirmou que com o apoio do Incra/RO e OIM, hoje se concretizava um trabalho com sucesso, resgatando a dignidade de cidadãos brasileiros”

Marqueline Santana do projeto Ética e Cidadania que acompanha os extrativistas expulsos e trabalhou incansavelmente para o reassentamento das famílias em solo brasileiro afirmou que o processo está sendo bem encaminhado e esta visita em PAF jequitibá é mais um passo que as famílias possam decidir se aceitarão as terras e recomeçarão suas vidas na ‘pátria mãe’.

Os extrativistas fizeram um reconhecimento da área e a grande maioria optou por aceitar a localização ofertada pelo Incra e devem em breve iniciar processo administrativo para fazerem a mudança de Extrema de Rondônia para Candeias do Jamari.

Aldeia temática de índios guarani é encontrada queimada em Aracruz

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.08.2014



Espaço era utilizado para visitação de escolas e turistas na aldeia Piraquêaçu

Da Redação Século Diário

Quatro cabanas da aldeia temática dos índios guarani foram encontradas queimadas na manhã desta segunda-feira (11), na aldeia Piraquêaçu, no município de Aracruz (litoral norte do Estado). No local, eles recebiam os não índios, que queriam entender o funcionamento de uma aldeia. O espaço era utilizado nos finais de semana e em eventos especiais, como a visitação de escolas e turistas. Os indígenas ainda não têm suspeitos de autoria do crime.

Entre as cabanas que foram destruídas estão as que retratavam a casa de reza e o local de reunião dos caciques. A aldeia temática Tekoa Mirim era frequentada pelas demais aldeias guarani da região – Boa Esperança e Três Palmeiras. Esse espaço é interligado ao ambiente do museu, que conta a história dos guarani sob a ótica dos próprios índios. Esses índios chegaram ao Espírito Santo na década de 1960, guiados pela xamã (guia espiritual) Tatatin Woa Retée em busca da “Terra sem males”.

No local da aldeia temática, os índios mantinham a vegetação de restinga intacta. Para chegar ao local, o visitante precisa passar por dentro da mata, demonstrando o zelo dos indígenas com a natureza. Essa aldeia tem uma pendência com a Petrobras, que transita com tratores por dentro da área. No local, passam as tubulações de um gasoduto da empresa.



Antes de tudo, um pouco: Comunidade Quilombola do Barro Vermelho
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.08.2014

Mayron Régis, Territórios Livres do Baixo Parnaíba

Antes de tudo, um pouco. Quem escreve, assinala o espaço em que vive. Pediram-lhe uma descrição. Lembrava-se da casa do proprietário, que se destacava na Caatinga. O nome da família Leite se insinuava por aquelas paragens envelhecidas, pelo menos na aparência. Wilson Leite, proprietário de Barro Vermelho, comunidade quilombola do município de Chapadinha, assumiu o seu passado escravagista perante o antropólogo que elaborava o estudo antropológico da comunidade.

Zé Orlando ou Pelé qualificou o relatório antropológico de Barro Vermelho como o melhor de todos os relatórios antropológicos produzidos na região do Baixo Parnaíba. Faltava sua publicação pelo Incra do Maranhão. Anda-se mais de um quilometro da pista até Barro Vermelho. Só outro dia que instalaram a luz elétrica na comunidade. O proprietário impedia o acesso da empresa concessionária ao território quilombola. A justiça federal desimpediu. Com isso, as famílias quilombolas puderam comprar geladeira e televisão.

O Zé Orlando recém casara e a Ana Reis, coordenadora do projeto Ijé-Ofé, levava uma sacola de roupas para presentear ele, a esposa e os filhos. Eles devolveram o presente na forma de um almoço com galinha caipira ao leite de coco babaçu. A comunidade do Barro Vermelho não cria gado. Os moradores legitimam a criação de galinha caipira, capote, porco e bode.

À beira do rio Munim, Zé Orlando explicou o território tradicional de Barro Vermelho. A área medida é de mais de 500 hectares, mas a comunidade assim que obtiver a titulação vai incorporar mais três mil hectares de uma área próxima, chamada Altos. Os moradores de Barro Vermelho saíram dos Altos porque é lugar de difícil morada. Eles mantem atividades de extrativismo nos Altos como a coleta de bacuris em uma área de três hectares.

O território tradicional de uma comunidade quilombola é o lugar onde moram, mas também compõe esse território os lugares onde moraram, onde colhem suas frutas, onde enterram seus mortos. A comunidade de Pequizeiro se reflete na comunidade do Barro Vermelho só que o processo de autoidentificação começou outro dia. A mãe de Zé Orlando que mora no Pequizeiro reclamou de seus parentes de sangue que não se veem como quilombolas.

No mês agosto, os moradores de Barro Vermelho se concentram na farinhada e para isso se deslocam três quilômetros rumo ao Pequizeiro. Por sinal, a casa de farinha se localiza na propriedade dos pais do Zé Orlando.



MPF envia informações à Aneel sobre o cronograma de Belo Monte
SÍTIO PR/PA, 13.08.2014

Dados do Ibama, da Funai e do próprio MPF contradizem as alegações da Norte Energia e indicam responsabilidade da empresa pelo atraso das obras

O Ministério Público Federal (MPF) enviou à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) um documento com informações sobre os atrasos no cronograma de obras de Belo Monte. O ofício pretende dar conhecimento a Agência de fatos que se vinculam ao pedido da concessionária e podem ser considerados para responder ao pedido feito pela Norte Energia S.A de que a multa pelo atraso seja perdoada, com alegações de que a mudança no cronograma foi causada por motivos alheios à empresa.

No documento enviado hoje (13/08) à Aneel, o MPF contrapõe várias das alegações da empresa, apontando inconsistências. As informações constam no procedimento em que os procuradores da República de Belém e Altamira acompanham o licenciamento de Belo Monte. Também se baseiam em documento assinado por 12 pesquisadores de várias universidades brasileiras, que solicitaram ao MPF que interviesse na questão.

Em uma Nota Técnica enviada à Aneel em abril desse ano, intitulada "Reivindicação de alteração de cronograma", a empresa enumera o que chama de "fatos excludentes de responsabilidade da Norte Energia, decorrentes de atos do poder público, caso fortuito e de força maior" que teriam impactado o cronograma de implantação da usina. A maior parte do atraso, na versão da empresa, é atribuída ao tempo para análise e expedição de autorizações, resultando na perda das janelas hidrológicas dos anos de 2011/2012 e 2012/2013. A janela hidrológica é o período de menor vazão no Xingu que permite as obras no curso do rio.

De acordo com a Nota Técnica da Nesa, o Ibama e a Aneel seriam os maiores responsáveis pela mudança no cronograma, por terem, respectivamente, atrasado em 61 dias a emissão da Licença de Instalação e em 217 dias o Decreto de Utilidade Pública (que permite a desapropriação das áreas atingidas). Para o MPF, a própria Norte Energia é a única responsável pelo atraso na emissão de licenças e autorizações. No caso da Licença de Instalação, o Ibama se recusou corretamente a emití-la no prazo solicitado porque não haviam sido cumpridas as obrigações socioambientais.

"Era do pleno conhecimento da concessionária que a LI, que estava prevista para abril de 2011 no contrato de concessão, dependia do atendimento satisfatório de mais de 40 (quarenta) condicionantes socioambientais incorporadas à Licença Prévia (LP) de janeiro de 2010. Em abril de 2011 a empresa não havia cumprido suas obrigações socioambientais satisfatoriamente, previstas na LP. Essa era a conclusão do IBAMA, lançada nos pareceres técnicos nº 88/2010 e nº 95/2010." Para o MPF, "os motivos expostos pelo IBAMA para negar-se a emitir a LI, na data prometida pela concessionária, são de responsabilidade exclusiva da empresa."

CONT.



O Ibama, juntamente com a Agência Nacional de Águas (ANA), também é responsabilizado pela empresa por ter demorado 104 dias para aprovação do Sistema de Transposição de Embarcações – obrigação da empresa para compensar o impedimento da navegação de ribeirinhos e indígenas no Xingu. O MPF demonstra que a informação é inconsistente, já que o atraso no Sistema foi causado pela própria empresa, que deveria ter apresentado o mecanismo até 21 de junho de 2011, mas só apresentou o desenho definitivo em agosto de 2012. “Não se pode alegar que reuniões informativas com indígenas, por requerimento da Funai, entre os meses de fevereiro e julho de 2012, foram causas do atraso no Sistema. Naquele tempo, a concessionária nem sequer havia definido o arranjo técnico”, diz o MPF.

A Nesa aponta ainda que o Ibama causou mais 7 dias de atraso por ter exigido a remoção do povoado de São Pedro. Segundo a empresa, essa remoção não estava prevista inicialmente. O MPF corrigiu a informação à Aneel: a remoção do povoado estava sim prevista, desde a fase dos Estudos de Impacto Ambiental, na Licença Prévia e na Licença de Instalação. “Não se trata de obrigação nova”, informa o documento assinado pelos procuradores da República Thais Santi, Ubiratan Cazetta e Felício Pontes Jr.

A Justiça Federal também entrou no rol dos responsáveis pelo atraso de Belo Monte, segundo a Nesa, por ter concedido uma liminar que perdurou por 77 dias à Associação dos Criadores de Peixes Ornamentais, impedindo as obras da empresa no leito do rio entre setembro e dezembro de 2011. Outra liminar, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, concedida ao MPF, entrou no cálculo da empresa por ter paralisado as obras por quatro dias em agosto de 2012.

Novamente, o MPF contesta a alegação da empresa de que não tem responsabilidade sobre nenhuma dessas paralisações. No caso da liminar concedida aos pescadores, a Justiça responsabilizou diretamente a Nesa pela paralisação. A decisão judicial afirma que “o projeto de aquicultura que será implantado no inaceitável prazo de 10 anos, ao menos em uma análise superficial, não garantirá aos pescadores a manutenção das suas atividades durante tal período”, sendo razoável, portanto, que a Norte Energia S/A procedesse à “imediata compensação dos danos” se desejasse dar início à obra imediatamente. O mesmo vale para a decisão do TRF1, provocada pela total ausência de consulta aos povos indígenas atingidos, em desobediência à Convenção 169 da OIT e à Constituição brasileira.

A empresa somou ainda um total de 42 dias de interrupção dos trabalhos por conta de protestos de ribeirinhos, indígenas e greves dos trabalhadores da própria obra. O MPF lembrou à Aneel que a maioria dos protestos foram causados por atrasos ou mesmo descumprimento total da própria empresa com as obrigações socioambientais. A cada ocupação, a empresa assinou acordos com os indígenas e ribeirinhos, que logo em seguida eram novamente descumpridos, gerando novos protestos. “Assim como nos atos do poder público, as ocupações também decorrem de inércia ou descumprimento da própria concessionária em relação a suas obrigações”, disse o MPF à Aneel.

De acordo com as alegações da empresa, a demora em autorizações do poder público seria a responsável por 165 dos 441 dias perdidos no cronograma de trabalhos no sítio Pimental, o que corresponde a 37,4%. O segundo maior motivo dos atrasos é imputado a decisões judiciais

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 141 / 2014

Brasília, 14 de agosto de 2014.

que ordenaram a paralisação da obra no sítio Pimental por 84 dos 441 dias. O terceiro maior motivo estaria relacionado aos protestos de indígenas e ribeirinhos que obstruíram a entrada aos canteiros de obras em 26 dias, o que corresponde a 6% do número total de dias desperdiçados pela Norte Energia S/A.

Para 12 pesquisadores brasileiros que enviaram uma carta ao MPF solicitando apuração sobre o pedido de alteração no cronograma, os atrasos podem ter como causa real a dificuldade nas escavações, devido às características geológicas da região, que não foram estudadas a contento na fase dos Estudos de Impacto. Novos estudos sobre a situação geológica do canal de Belo Monte foram apresentados em abril em uma conferência fechada na Universidade do Texas, mas até hoje não foram tornados públicos.

“Desde setembro de 2009, em parecer do Painel de Especialistas que analisou o EIA de Belo Monte, alertava-se que se trata de atividade técnica complexa devido à necessidade de seccionamento de diversos igarapés, ao longo dos canais, alguns destes igarapés sofreriam reversão de curso. A efetividade dos taludes, profundidade dos canais e garantia física de sustentação para grandes vazões continua sendo uma preocupação. Assim surge a importância de conhecimento público de avaliações de grupos especializados bem como do posicionamento da equipe de engenharia do consórcio”, diz o documento dos pesquisadores.

Leia aqui:

Documento do MPF à Aneel

http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2014/arquivos/Oficio_Aneel.pdf

Documento da Nesa à Aneel

<http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2014/arquivos/Justificativa%20de%20alteracao%20cronograma%20Belo%20Monte%20-%2002%20abril%2014.pdf>

Ministério Público Federal no Pará

Assessoria de Comunicação

(91) 3299-0148 / 3299-0177

ascom@prpa.mpf.gov.br

<http://www.prpa.mpf.gov.br>

http://twitter.com/MPF_PA

<http://www.facebook.com/MPFPara>



As lutas sociais no campo: Modelos de produção em confronto, por Horacio Martins de Carvalho*

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.08.2014

“Os camponeses, na sua práxis social, ao afirmarem a sua própria especificidade estão diretamente negando a lógica do capital que tem no lucro e na acumulação de riqueza o único sentido de ser. Os camponeses vivenciam, portanto, outra concepção de mundo muito diferente daquela que é determinada pelas relações sociais de produção capitalista. E isso é intolerável pelas classes dominantes burguesas”.

Introdução

A complexidade da formação econômica e social brasileira estimula uma reflexão sobre o confronto entre modelos de produção na agricultura que se torna quase sempre incompleta e insatisfatória.

São muitas as classes sociais, as frações de classe social, os povos e etnias em presença no campo. Inúmeras, também, as transformações sociais que as envolvem e afetam, sendo que muitas delas ocasionam profundas mudanças estruturais como consequência da acelerada expansão capitalista no campo.

Na dinâmica dessas transformações sociais e nos confrontos que elas estimulam numerosos conflitos sociais eclodem, envolvendo milhares de pessoas. E, nessas oportunidades, é possível se identificar as iniciativas arbitrárias que as classes dominantes, em particular a burguesia agrária, exercem no exercício da sua dominação de classe contra os trabalhadores rurais assalariados e os camponeses.

Quando me refiro aos modelos de produção em confronto na formação econômica e social brasileira sob a dominação e hegemonia do modo de produção capitalista estou, evidentemente, sugerindo uma simplificação talvez abusiva. Isso se dá porque pretendo centrar minhas observações na relação dialética (contraditória e de subalternidade) apenas entre o modo de produção capitalista e os diversos campesinatos, ainda que estes, apesar dos esforços de unidade entre si, não constituam necessariamente outro modo de produção. Quem sabe os camponeses o estejam construindo no movimento das suas resistências sociais e ações de afirmação perante a exploração e as violações de direitos que se avolumam a partir das grandes empresas do agronegócio.

A hipótese de que os campesinatos se constituam ou possam a vir a se constituir num modo de produção camponês na formação econômica e social brasileira requereria, entre outros, a presença efetiva nas suas concepções de mundo de uma proposta ou sugestão explícita no seu universo ideológico e político da possibilidade efetiva de se consolidarem como um modo de produção no Brasil[1], mesmo que se considerasse como um modo de produção em construção e em confronto econômico-político-ideológico com o modo de produção capitalista dominante.

CONT.



Como parcela substancial do campesinato brasileiro, na sua ampla diversidade, ainda possui como referência política e ideológica, pelas mais diversas razões, os valores que constituem a empresa capitalista, sua concepção de mundo é marcada pela contradição entre afirmar a sua especificidade camponesa ou se compreender e comportar como fração em construção da pequena burguesia agrária.

No meu entender, tudo leva a crer que se os camponeses desejassem se afirmar seja como um modo de produção camponês ou, mesmo, como uma classe social, seria necessário, via as suas instituições de mediação de interesses, que essa pretensão estivesse contida mesmo que implicitamente, na sua concepção de mundo.

Nos conflitos sociais no campo onde predominam os conflitos pela terra já é possível se perceber que os camponeses se afirmam como classe social ou, mesmo sem o dizer, defendem o campesinato como modo de produção ao reproduzirem político-ideologicamente a assertiva de se constituírem como um modo de viver e de produzir diferente do modo de produção capitalista.

Através das suas instituições de mediação de interesses os discursos das concepções de mundo dos camponeses, mesmo na sua ampla diversidade, já se aproximam de um pensamento unitário (não único) que indiretamente negam dialeticamente (negação da negação) o modo de produção capitalista.

Isso permite supor que os elementos básicos teórico-práticos para a refundação das suas concepções de mundo já se plasmam no cotidiano das suas pretensões de maneira a superar, ao menos no nível das idéias, a situação subalterna que os caracterizam como 'povos sem destino' para uma proposta de se afirmarem como sujeitos sociais com intencionalidade de se tornarem um modo de produção diferente e não subordinado ao dominante. Modo este que responda não apenas à democratização da posse e uso das terras e à proposição de outro modelo de produção (por exemplo, o agroecológico), e que sejam capazes de dar conta da oferta de alimentos e matérias primas agrícolas para atender à demanda da sociedade brasileira e para a exportação.

Há, contudo, uma barreira difícil de se transpor para que essa pretensão possa se realizar. Por um lado, a precariedade da unidade político-ideológica de classe dos camponeses nas suas numerosas lutas sociais quando da defesa de seus interesses imediatos, descolando inúmeras vezes a luta social concreta da sua suposta concepção estratégica de mundo de afirmação do modo de produção camponês; por outro lado, as dificuldades políticas encontradas de afirmação camponesa, apesar das suas vitórias nos inúmeros conflitos sociais cuja maior parte se caracteriza como conflitos por terra, devido ao apoio incondicional dos governos aos interesses de classe das classes dominantes.

Uma sociedade de classes sociais

A formação econômica e social brasileira está constituída por diversas classes sociais, como de maneira geral se apresentam as demais formações no mundo contemporâneo. Ainda que a maioria delas tenha o modo de produção capitalista como dominante e hegemônico, cada uma

CONT.



dessas formações apresenta histórias e contextos que permitem identificar ora particularidades que as aproximam estruturalmente ora outras que as diferenciam entre si.

No caso da formação econômica e social brasileira pode-se afirmar que, particularmente, a partir da segunda metade do século XX ocorreram rearranjos estruturais na composição das suas classes sociais. Isso se deu como consequência do acelerado crescimento e diversificação econômica nacional de tal maneira que após a década de 1960 a expansão capitalista no campo, outrora de natureza espacial menos intensa ou, quiçá, mais regionalizada, vai acompanhar e, por vezes, superar, as taxas de crescimento industrial e a de serviços.

A expansão do crescimento da economia agropecuária e florestal brasileira, assim como seu ajuste para dar conta dos interesses dos setores dominantes exportadores, no âmbito mais geral da exploração econômica dos recursos naturais, amplo senso, acentuou a elevação do processo de exportação de produtos de origem primária da economia.

Essa primarização das exportações brasileiras, além de demarcar o padrão historicamente dependente do capital estrangeiro na divisão internacional do trabalho, acentuou o processo de exportação continuada de produtos de origem primária, redefinindo de maneira marcante a composição das classes sociais no campo no Brasil, assim como a forma de apropriação, uso e espoliação da natureza.

O crescimento da economia agropecuária e florestal consolidou, ademais, entre outras dimensões, o culto apologético do agronegócio (grandes empresas capitalistas) acompanhado da lógica dominante da negação explícita do campesinato. E, como corolário, acentuou as concepções e ações governamentais de contra-reforma agrária. Essa sacralização do agronegócio a qualquer custo, presente de forma indelével pela concepção de mundo dominante, facilitou, sobretudo, a intencionalidade e indiferença social e ambiental na exploração dos trabalhadores rurais e no uso e degradação dos recursos naturais do país.

Essa concepção e postura política dominantes direcionaram a nova fase de atualização histórica do desenvolvimento das forças produtivas das grandes empresas capitalistas do agronegócio no país, como a exclusão das sementes crioulas do processo produtivo e a incorporação de cima para baixo da biotecnologia transgênica; a mecanização intensiva e a automação; a terceirização na prestação de serviços de rotina e a gestão terceirizada das grandes empresas agropecuárias e florestais; a abertura societária dessas empresas, assim como da agroindústria, ao capital estrangeiro, etc.

Pode-se sugerir que essa nova fase do desenvolvimento das forças produtivas se acentuou no contexto histórico da globalização mundial neoliberal após meados da década de 1980 pela adoção pela burguesia agrária de outro modelo de agricultura para o país. Isso significou, ademais, não apenas a reedição das formas de modernização do latifúndio já consagradas na década de 1960, mas, sobretudo, a aceitação e incorporação massiva das concepções internacionais dominantes de agricultura capital-intensiva dependente do capital estrangeiro e agroexportadora, incorporando as novas e as renovadas tecnologias que foram acrescidas ao saber dominante pelos avanços científicos e tecnológicos das forças produtivas mundiais.

CONT.



Essa nova onda modernizadora reforçou a tendência histórica de desnacionalizações das empresas capitalistas nacionais e acentuou a dependência da economia e cultura nacionais ao capital estrangeiro com a facilitação da apropriação privada dos recursos naturais pelos capitais estrangeiros e multinacionais.

Nessa dinâmica do crescimento econômico ficaram mais bem delimitadas as classes sociais, os povos tradicionais e as etnias no campo, destacando-se as três classes sociais básicas (já delimitadas e ou em construção) de maior referência ou importância política: a) a classe dominante constituída pelas frações da burguesia[2] (burguesia agrária nacional e estrangeira) com domínio e posse dos recursos naturais no campo, com o controle das exportações do país e definindo o padrão da geração, incorporação e adoção de tecnologias de origem das empresas multinacionais; b) as classes dominadas e subalternas como os assalariados rurais (assalariados rurais permanentes, temporários e os sem-terra), os camponeses na sua ampla diversidade (agricultores familiares proprietários de terra, os povos tradicionais, arrendatários não capitalistas, parceiros, posseiros e ocupantes, ribeirinhos, povos indígenas camponeses, quilombolas, extrativistas...); c) os pequenos e médios comerciantes e fornecedores de serviços diretamente instalados[3] no campo.

Essas classes sociais (e os povos e etnias) — suas frações e estratos de classes, diretamente integradas no processo de produção rural estrito senso que constituem a principal parte direta da formação econômica e social brasileira no campo, apresentam contradições de interesses entre si, sejam aquelas explicitadas nos conflitos intra-classe e, sobretudo, nos conflitos sociais entre classes sociais. Sem dúvida alguma, como ressaltado nas notas de rodapé 1 e 2 anteriores [no final], os diversos setores do capital (financeiro, industrial, comercial e agrário) atuam direta e indiretamente na definição das estratégias globais da agricultura. No entanto, para fins desta reflexão sobre as classes sociais no campo, estou considerando apenas, ainda que de maneira insuficiente, aquelas classes sociais que pela sua inserção direta e visível no campo são responsáveis pelos conflitos sociais que aí se verificam. Não tenho dúvida alguma de que as classes sociais em luta de classes no campo são muito mais abrangentes do que as aqui consideradas.

Conflitos e debilidade da lutas de classes

Apesar de se verificar inúmeros conflitos[4] nos seus mais distintos tipos no campo[5], é possível se sugerir que o estágio atual da luta de classes no campo é débil devido, possivelmente, a alguns fatores, tais como:

- × a consistente dominação e hegemonia (direção intelectual e moral da sociedade) exercidas pela burguesia agrária com relação à vigência do modelo de produção agrário dominante;
- × a insuficiente organização e mobilização política para a luta de classes dos assalariados rurais, apesar da elevada exploração da sua força de trabalho;
- × a forte dispersão de interesses entre os camponeses, na sua ampla diversidade, limitando a unidade entre eles nas lutas sociais;

CONT.



× a ausência de posturas político-ideológicas explícitas de luta de classes, seja no nível da consciência das classes subalternas no campo (e nas cidades), seja naquela classe social em construção representada amplo senso pelos camponatos.

O conflito social de classe pode permanecer latente numa sociedade de classes. Por vezes, em conjunturas determinadas, ele se manifesta explicitamente. Nessas ocasiões, em geral, os governos desempenham seu papel de 'intelectual orgânico das classes dominantes' e mediam os conflitos entre os interesses de classe que ocorrem. E nos conflitos onde se observa maior agudização das lutas sociais, reprimem os movimentos e ou organizações dirigentes das classes subalternas a favor da prevalência dos interesses de classe das classes dominantes.

Os conflitos sociais no campo, mesmo que pontuais, já demonstram a natureza das contradições de interesses de classe em presença entre a burguesia agrária e os trabalhadores rurais assalariados e entre a burguesia agrária e os camponeses, sendo que esta última tem sido a contradição que tem gerado maior número de conflitos sociais no campo, conforme citado anteriormente [no final] na nota de rodapé 6.

Há muitas contradições sociais esparsas no campo, ainda que a contradição principal no meu entender e na conjuntura contemporânea é aquela estabelecida entre o camponato e as empresas capitalistas, mesmo que esta contradição não esteja explícita no nível da consciência política da maioria dos camponeses.

Porém, o fato de existirem contradições sociais não significa necessariamente que ocorrerão lutas sociais de classes, esta permanecendo apenas no nível da resistência social e enfrentamentos motivados, de maneira predominante, pelas mobilizações sociais para as reivindicações políticas relacionadas ora com a precariedade das políticas públicas ora com o protesto social de denúncia.

Isso se deve, entre outros fatores, à ainda débil consciência de classe social dos assalariados rurais e do camponato em função das práticas políticas das instituições de mediação (movimentos e organizações sociais e sindicais populares) que tendem para a negociação objetivando a conciliação de classes e a negociação com os governos objetivando alcançar políticas públicas favoráveis aos assalariados e camponeses.

No campo, os conflitos sociais são, na sua maioria (conforme definido na nota de rodapé 3, anterior), ações de resistência social e de enfrentamentos contra as forças públicas da repressão policial-militar, logo, reações às ações da burguesia consideradas pelos camponeses como violação de seus direitos. Outras, como as lutas sociais dos trabalhadores rurais sem terra, têm como objetivos estratégicos a realização de mudanças estruturais na posse e uso da terra, negando assim as formas históricas e as atuais de apropriação privada da natureza, nela a terra, pelos grandes grupos privados nacionais e multinacionais.

A natureza das lutas sociais realizadas pelos trabalhadores rurais sem terra adquire, então, outro caráter. Ainda que sempre se iniciem pela reivindicação para que os governos realizem reforma agrária nos mais distintos contextos sociais e regionais do país, a implantação de mudanças estruturais na posse e uso das terras agricultáveis no campo tem sido negada pelas

CONT.



classes dominantes. E os governos, como são orgânicos aos interesses de classe das classes dominantes, não têm a vontade política nem o consentimento para tal iniciativa. Dessa maneira as possibilidades de concretização da reforma agrária têm sido sempre adiada ou tratada apenas como uma política pública de assentamentos para os trabalhadores rurais sem terra. Nos últimos anos foi retirada da agenda política governamental e contemporizada pelos movimentos e organizações sociais dos sem terra.

A racionalidade dominante pressupõe que os interesses de classe expressos na atual estrutura fundiária do país e representada nas grandes empresas capitalistas são os alicerces rurais da economia burguesa e, portanto, inalteráveis. Aos trabalhadores assalariados, aos povos tradicionais, aos trabalhadores rurais em luta pela terra e aos extrativistas lhes restam, segundo a concepção hegemônica, apenas a reivindicação e o protesto que conduza à negociação com os usurpadores diretos e indiretos de seus legados.

O próprio modelo de agricultura dominante é a expressão da dominação burguesa sobre as concepções de mundo de produção agrícola dos camponeses. Essa dominação burguesa no campo, rebuçada de ideologia neoliberal, nega explicitamente não apenas a socialização da posse e uso da terra como considera os camponeses e suas propostas de modelos de produção baseados na agroecologia, como uma negação da modernidade e um retorno ao obscurantismo de um passado remoto.

Nessa perspectiva é possível se compreender por que, apesar das contradições de interesses de classe, parcela relevante dos camponeses, ainda que vivenciando um modo de viver e de produzir muito diferente daquela praticado pelas empresas capitalistas no campo, não conseguem, ou têm dificuldades, de formular uma concepção de mundo diferente da dominante que não seja a da negação da empresa capitalista. Isso significa que nessa negação deveria constar a negação do próprio modo de produção capitalista.

A superação do consentimento pelas classes populares no campo

Minha sugestão é de que as possibilidades efetivas de luta de classes no campo nos diferentes níveis (econômico, político e ideológico) ainda são incipientes, apesar da presença de numerosos conflitos sociais localizados. Isso se deve, além do que já explicitamos anteriormente, à inexistência de um projeto de construção de uma nova realidade no campo (outro modelo de produção), considerando-se que aquele sugerido pelas lutas sociais a favor da reforma agrária mantém-se no âmbito da sociedade capitalista. Esta reforma, assim como diversas outras, é importante pela dinâmica social que poderá desenvolver e pelas oportunidades de acentuação das lutas sociais de classe que nesse processo poderão emergir.

No entanto, a falta de um referencial para a ação tática que acumule forças no sentido de se provocar mudanças estruturais estratégicas no campo contribui para um debilitamento da mobilização popular a favor de outro projeto de sociedade. E, além disso, diversos setores de esquerda política no país ainda se mantêm com dúvidas sobre o que propor como mudanças estruturais para o campo.

Isso é devido às dificuldades que foram enfrentadas por parte considerável das experiências de
CONT.



mudanças sociais no campo nos países que vivenciaram o socialismo real, e porque tais setores da esquerda política não considerarem como opção alternativa a esse tipo de mudança social de negação das formas de empresa capitalista um modo de produção socialista no campo sob a hegemonia dos camponeses.

Num outro sentido, as instituições políticas de mediação de interesses dos camponeses vivenciam contradições políticas internas ao se colocarem entre dois pólos distintos: a tendência política de centro-esquerda de conciliação pelo alto com a burguesia e aquelas que defendem o enfrentamento político de classes.

Não há dúvidas de que os camponeses têm se confrontado com dificuldades para construírem propostas que poderiam se tornar referenciais para um novo modelo de produção no campo. A dependência crônica das instituições de mediação dos interesses populares no campo em relação aos recursos públicos se constitui num freio para que a ousadia potencial dessas organizações e movimentos sociais e sindicais se revele nos enfrentamentos contra as políticas de consentimento e subalternidade perante as classes dominantes concebidas pelos governos.

Sem dúvida alguma que a correlação de forças políticas é desfavorável. Todavia, é possível se supor que essa correlação desfavorável tem como uma das suas causas a ausência de propostas efetivas por parte dos setores populares progressistas no campo que avancem além da proposta de reforma agrária popular.

Essa debilidade na formulação de propostas estruturais mais contundentes para o campo se deve a diversos fatores, entre os quais assinalo os seguintes:

- × É muito forte a hegemonia da empresa capitalista no campo, assim como os referenciais de progresso técnico e econômicos vigentes apoiados nos valores burgueses de lucros sem restrições;
- × Ao mesmo tempo é crescente a concentração da renda e da riqueza pela burguesia (lucro extraordinário e apropriação privada dos recursos naturais), a qual conta com o apoio dos governos e dos demais aparelhos do Estado;
- × O uso predatório das áreas de apropriação privada dos recursos naturais é prática comum das classes dominantes e tolerada pelos governos como um sinônimo de expansão capitalista desejável porque supostamente desenvolvimentista;
- × Torna-se, então, crescente a mercantilização dos recursos naturais e das tecnologias de artificialização da agricultura, assim como a presença ativa do capital estrangeiro associado a setores da burguesia nacional afirmando o perfil da produção dominante como agroexportador e importador da maior parte dos insumos;
- × E, como corolário dessas atitudes dominantes, é explícita a rejeição pela burguesia agrária da possibilidade dos camponeses se tornarem sujeitos sociais ativos e construtivos.

Nesse contexto é possível se aventar que as instituições da sociedade política (governos e

CONT.



aparelhos de regulação do mercado e os de repressão política) e amplas parcelas da sociedade civil (partidos, movimentos e organizações sociais e sindicais, religiões, meios de comunicação de massa, escolas, universidades, livros didáticos...) afirmem apoio e ou sejam passivas perante as tendências liberais favoráveis às concepções do modo de produção capitalista. Isso significa objetivamente uma acomodação geral da sociedade, talvez por falta de propostas de mudanças sociais estruturais que sejam capazes de motivarem e mobilizarem diversos setores da sociedade para ações concretas de mudanças do modo de produção dominante.

As instituições e tendências políticas de centro-esquerda permanecem, como sugerimos anteriormente, em dúvida política com relação ao papel do campesinato num processo de mudanças estruturais da sociedade brasileira. Essa dúvida é potencializada pelos meios de comunicação de massa que enaltecem no cotidiano as empresas do agronegócio como se não houvesse outra possibilidade para o desenvolvimento democrático no campo além da proposta e práticas dominantes de concentração da terra, da renda e da riqueza aliadas a uma indiferença explícita pela questão social e ambiental.

A desigualdade social sempre presente na formação econômica e social brasileira, ainda que tenha sido discretamente reduzida nos últimos anos, é então supostamente minimizada porque os mais pobres têm sido agraciados com programas governamentais compensatórios que distribuem recursos financeiros propiciando que essa numerosa parcela da população brasileira melhore a sua qualidade de vida. No entanto, ao não se equacionar a tendência da concentração da renda e da riqueza no país, os mais pobres, mesmo com qualidade de vida melhor, continuarão a ser continuamente os mais pobres, só que agora com uma defasagem mais acentuada entre as classes de renda mais altas e aquelas com rendas mais baixas. A manutenção da concentração de terras no campo contribui para essa desigualdade social.

Os numerosos conflitos sociais no campo evidenciam que as tendências dominantes de apropriação privada dos recursos naturais e das terras dos camponeses seguem a lógica de que somente a empresa privada capitalista poderá ser viável economicamente. Isso pressupõe, devido à limitada disponibilidade nacional e mundial de terras agricultáveis, que a crescente luta das classes dominantes pela apropriação dessas terras, independentemente de estarem ocupadas por camponeses, por povos tradicionais e ou como reservas ambientais sob controle social, seguirá em frente mesmo se prevendo um crescimento do número de conflitos sociais gerados que essa prática arbitrária dominante.

Nesse sentido, a afirmação estratégica corrente em setores políticos de centro-esquerda de que a luta de classes para um processo de mudanças estruturais profundas partirá das cidades, ainda que positiva, na maior parte das vezes, tende a menosprezar ou a obscurecer a importância política das lutas de classes no campo, apesar do elevado número de conflitos sociais ali registrados.

Ficam então muito limitadas as possibilidades e exigências de apoio explícito dos setores progressistas urbanos para com as lutas da classe trabalhadora do campo, mais ainda se estes não explicitarem os projetos de sociedade que estão construindo na sua luta contra as empresas capitalistas para alterarem a correlação de forças sociais no sentido de uma democratização da posse e uso da terra agricultável.

CONT.



Progresso técnico e desigualdade social

Numa sociedade onde é hegemônica tanto a concepção de mundo capitalista como os valores que lhe correspondem, mais ainda numa fase econômica oligopolista e politicamente imperialista no nível mundial, o progresso técnico relacionado com a produção na agricultura é predominantemente pautado, entre outras dimensões, pela artificialização da agricultura e, portanto, com tendência à sua 'estandardização'.

Nesse contexto o perfil da demanda dos produtos do campo, assim como os sistemas de produção e de utilização de insumos, tende a ser determinado pelas concepções de produção agropecuária e florestal oriundas dos intelectuais orgânicos ao capital das indústrias nacionais e estrangeiras.

Esse modelo de produção é intrínseco e necessário para a reprodução da acumulação capitalista baseada na exploração do trabalho, na oligopolização da oferta de insumos e produtos e no monopólio da apropriação privada dos recursos naturais. Tal modelo de produção capitalista dominante não apenas subordina o campesinato aos seus interesses de classe como determina os rumos estratégicos das instituições de pesquisa e experimentação agrícolas, sejam as públicas ou as privadas.

Decorre daí a opção política estratégica do Estado de apoio técnico-científico ao agronegócio, de oferecer garantias à propriedade privada intelectual, de efetivação de acordos de parceria entre as instituições públicas de pesquisa e geração de tecnologias com as empresas transnacionais de caráter monopolista (tal como a pesquisa a partir dos organismos geneticamente modificados), de propiciar facilidades para a exportação de produtos primários 'in natura', etc.

A hegemonia das classes dominantes com relação à inovação tecnológica torna mais crítico e desigual o acesso dos camponeses a recursos públicos, à criação de sistemas de informação apropriados à sua inserção produtiva, à capacitação e à assistência técnica, assim como a sua participação nos mercados, todos esses fatores dependentes da concepção de mundo dominante.

Para dar conta do enfrentamento necessário à hegemonia das tecnologias que constituem o modelo de produção agrícola capitalistas, diversas iniciativas têm sido desenvolvidas de maneira a se contrapor à lógica da industrialização e estandardização da agricultura brasileira.

Diversas alternativas tecnológicas, assim como diversas organizações públicas e privadas, têm se dedicado à elaboração (pesquisas, estudos e experimentações) de tecnologias, assim como concepções epistemológicas que as geram cientificamente, de forma a propiciarem que os processos antrópicos se realizem numa relação harmoniosa entre os homens e a natureza. São processos de pesquisa, de geração de conhecimentos e de tecnologias, assim como práticas produtivas e de manejo da vida na natureza, que se compreende e se denominam como as agroecologias.

Nessa perspectiva, os camponeses poderão ampliar suas possibilidades de realização produtiva
CONT.



sem necessariamente se subalternizarem à concepção de agricultura determinada pelas modelo de produção capitalista.

Pode-se sugerir, então, que no âmbito das tecnologias de produção agropecuária e florestal, entre outras, dois modelos tecnológicos se confrontam de tal maneira antagônica que a concepção de um nega a do outro: artificialização e industrialização da agricultura versus a agricultura agroecológica.

Duas racionalidades em confronto.

As idéias aqui expostas se baseiam na tese de que existe de fato uma especificidade camponesa, distinta e contrária àquela imanente à empresa capitalista no campo onde o lucro, a exploração dos trabalhadores e a artificialização da agricultura são elementos estratégicos e imprescindíveis da sua concepção e realização.

Os camponeses, na sua práxis social, ao afirmarem a sua própria especificidade estão diretamente negando a lógica do capital que tem no lucro e na acumulação de riqueza o único sentido de ser. Os camponeses vivenciam, portanto, outra concepção de mundo muito diferente daquela que é determinada pelas relações sociais de produção capitalista. E isso é intolerável pelas classes dominantes burguesas.

“Os padrões atuais de acumulação produzem níveis elevados de desemprego urbano e rural. A falta de renda e de perspectivas, a fome e outras formas de privação estão entre os vários resultados que podem ser sintetizados como a condição de marginalidade. Do meu ponto de vista, parece que, na maioria dos continentes, existe apenas um só mecanismo adequado para lidar com essa condição de marginalidade e superá-la. Esse mecanismo consiste na ampliação do número de camponeses e em criar condições de gestão do desenvolvimento rural e agrícola pelos camponeses (...)”[6]

As diferenças entre as concepções de mundo do modo como os camponeses produzem, apesar da sua imensa diversidade, é muito distinta do modo de produção capitalista. Algumas dessas diferenças podem ser assim percebidas:

a) Os camponeses buscam a produção interna da maior parte dos produtos para seu próprio consumo familiar, vendendo para os mercados apenas parte ou apenas alguns dos produtos produzidos, mantendo uma interação harmoniosa com a natureza. As empresas capitalistas só produzem produtos para os mercados, utilizando a natureza apenas como um recurso econômico a ser intensivamente explorado exaurindo suas possibilidades e potencialidades naturais.

b) Nessa perspectiva os camponeses objetivam manter uma convivência harmoniosa com a natureza para garantir e melhorar as condições naturais do espaço que ocupam. Produzem internamente parte considerável dos insumos que necessitam, privilegiando os insumos orgânicos. Por outro lado, na racionalidade dos capitalistas, predomina a tendência crescente, independente da escala de produção, de artificialização e estandarização da agricultura através da utilização massiva dos insumos de origem industrial.

CONT.



c) Os camponeses buscam a diversificação da produção para ampliar o número de fontes de rendimentos agrícolas a fim de reduzir os riscos como consequência das oscilações nos mercados locais e regionais e otimizar as condições de produção oferecidas pela própria natureza. As empresas capitalistas tendem à produção em grande escala e especializada, em geral de produtos para a exportação, podendo negociar nas bolsas de mercadorias e futuros.

d) A vida familiar dos camponeses está diretamente envolvida com a obtenção de meios de vida e de trabalho para garantirem diretamente a reprodução social da família. Nessa perspectiva, na sua maioria, as famílias camponesas se inserem e dependem dessa socialização em contextos comunitários onde estabelecem relações sociais de diferentes naturezas, constituindo laços de vizinhança, parentesco e compadrio que perduram por diversas gerações. Mantém ou pelos menos tentam garantir a continuidade de vínculos sejam com a comunidade sejam com seus locais de enraizamento entre passado, presente e futuro. Já os empresários capitalistas consideram as suas empresas agropecuárias e florestais apenas como negócio onde o critério de permanência ou não naquela localidade ou região é determinado apenas pela taxa média de lucro obtido.

A racionalidade camponesa com relação à inovação tecnológica, quando não sujeita inteiramente à lógica capitalista de produção devido à hegemonia exercida pelos valores éticos e políticos das classes dominantes, muitas vezes expressos pela moda, é frontalmente contrária a essa tendência de artificialização e estandarização da agricultura. O discurso da neutralidade científica e da geração e disseminação de novas tecnologias, que os intelectuais orgânicos do capitalismo desejam torná-los [tornar] universais, torna-se um mito. A geração de conhecimentos e de tecnologias é marcada pelo caráter dos interesses de classe social, não havendo, ou muito pouco, isenção política e ideológica na própria tecnologia gerada. Desejo afirmar com isso que a própria tecnologia é portadora de ideologia.

"(...) Não se pode ignorar que a ciência é ao mesmo tempo um poder material e espiritual. Não é essa procura desinteressada de uma verdade absoluta, racional e universal, independente do tempo e do espaço, que se distinguiria dos outros modos de conhecimento pela objetividade de seus teoremas, pela universalidade de suas leis e pela racionalidade de seus resultados experimentais, cuidadosamente estabelecidos e verificados, e, portanto, eficazes. A produção científica se faz numa sociedade determinada que condiciona seus objetivos, seus agentes e seu modo de funcionamento. É profundamente marcada pela cultura em que se insere (...) "[7]

Numa sociedade de classes a tecnologia é produto dos interesses da classe dominante no processo de reprodução concorrencial das empresas. No caso particular da produção agrícola, a tecnologia predominantemente ofertada traz implícita a negação da unidade camponesa de produção. Isso se torna bem claro na Missão e Atuação[8] da Embrapa, por exemplo, quando afirma que: "(...) programas de pesquisa específicos conseguiram organizar tecnologias e sistemas de produção para aumentar a eficiência da agricultura familiar e incorporar pequenos produtores no agronegócio, garantindo melhoria na sua renda e bem-estar."

Num sentido distinto e talvez oposto a essa tendência dominante, o desenvolvimento empírico e os aportes técnico-científicos identificados com a autonomia camponesa perante o capital têm conduzido suas práticas agrícolas (amplo senso) a uma relação construtiva homem-

CONT.



natureza. Essa vertente de geração de tecnologias e seu paradigma de pesquisa constam dos fundamentos da agroecologia e demais tendências de geração de tecnologias apropriadas aos ecossistemas.

Não é em demasia repetir que a racionalidade ou lógica de produção camponesa é contrária, e na maior parte das vezes antagônica, à racionalidade capitalista de produção.

Como decorrência dessa lógica as tecnologias utilizadas pelos camponeses deveriam ser apropriadas[9] ao seu modo de produzir, o que implicaria que a geração de tecnologias deveria ser orgânica aos seus interesses de classe e de sua reprodução social como camponeses, e não sob as concepções supostamente distintas oferecidas para a pequena burguesia agrária.

Ora, essa premissa exigiria a presença teórico-prática de um projeto histórico para o campo que desse conta das perspectivas de realização do campesinato no Brasil. Projeto esse que não temos.

Essa ausência de um projeto histórico para o campo facilita a reprodução da hegemonia capitalista. E traz consequências significativas inclusive para as formas como se adota tecnologias apropriadas. Estas tenderiam, então, nesse contexto, a se constituírem não numa negação da lógica de produção capitalistas, mas apenas em alternativas tecnológicas.

Eu suponho que tanto a agroecologia como outras abordagens tecnológicas que facilitam a concretização de uma ação antrópica capaz de minimizarem e, por vezes, potencializarem a reprodução da vida social na natureza, sejam mais do que tecnologias: se afirmem como uma maneira criativa e harmoniosa da relação homem-natureza no âmbito geral de uma concepção de mundo muito distinta daquela que define os valores da empresa capitalista de produção.

Nesse contexto histórico, a formação de pesquisadores comprometidos com a reprodução social autônoma do campesinato, respeitada a sua especificidade e limitações numa formação econômica e social hegemônica pelo modo de produção capitalista, deveria contribuir para a construção continuada de um projeto para o campo no país, além de fornecer as informações empíricas e as recomendações teóricas que possam resultar dessa prática produção e reprodução de conhecimentos.

Portanto, a formação de camponeses deve assumir plenamente uma postura favorável à luta contra a hegemonia do capital no campo, o que implicaria na proposição estratégica de outra formação econômica e social para o país.

—000—

*Este é um texto ampliado das notas de exposição do autor no III Seminário Nacional "O MST e a Pesquisa", realizado de 8 a 10 de maio 2014 na Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF, do MST, em Guararema, SP.

[1]Ver Carvalho, Horacio Martins (2012). O campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social. Curitiba, março, mimeo 43 p.

CONT.



[2] Não incluí diretamente nesta tipologia simplificada das classes sociais do campo o capital financeiro, devido ao seu caráter universal e não apenas agrário, ainda que com papel decisivo nas definições estratégicas do crescimento rural.

[3] As empresas nacionais e multinacionais de compra e venda de produtos e insumos para agricultura, amplo senso, se comportam de maneira similar ao capital financeiro: são fornecedores para diversos setores da economia em várias partes do mundo, sendo a agricultura apenas um dos setores dos seus negócios.

[4] “Conflitos: são as ações de resistência e enfrentamentos que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Esses conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas”, in CPT, Conflitos no campo no Brasil 2013, p.10.

[5] Conforme a Comissão Pastoral da Terra – CPT, em Conflitos no campo no Brasil 2013 se registrou: conflitos por terra, ocupações/retomadas, acampamentos, trabalho escravo e superexploração; conflitos pela água, conflitos em tempos de seca, tendo se verificado no total, em 2013, 1266 conflitos envolvendo 573.118 pessoas.

[6] Ploeg, Jan Douwe van der (2008). Camponeses e impérios alimentares. Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre, Editora da UFRGS, p.10

[7] Japiassu, Milton. (1975). O mito da neutralidade científica. Rio de Janeiro, Imago editora Ltda, p.11

[8] Site da EMBRAPA. http://www.embrapa.gov.br/a_embrapa/missao_e_atuacao (acesso 15/12/2010, 08:00 horas)

[9] Ver Carvalho, Horacio Martins (1982). “Tecnologia socialmente apropriada. Muito além da questão semântica. Londrina”, IAPAR, agosto, 36 p.

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Ruben Siqueira.

Projeto 'Biblioteca Cidadã' leva leitura para comunidades indígenas no TO

SÍTIO G1/TO, 13.08.2014

A inauguração da biblioteca será nesta sexta-feira (15), em Tocantínia. Esta é a 12ª inaugurada no Tocantins pela Associação Amigos do Bem.

Uma biblioteca vai ser inaugurada nesta sexta-feira (15) na aldeia funil, em Tocantínia, região central do estado, através do 'Biblioteca Cidadã', idealizado pela Associação Amigos do Bem. O projeto visa levar o acesso a leitura e a inclusão digital aos povos indígenas do Tocantins.



Biblioteca Cidadã será inaugurada na aldeia funil nesta sexta (Foto: Reprodução/TV Anhanguera)

Segundo o presidente da associação, Cícero Guimarães, esta é a 12ª biblioteca cidadã inaugurada no estado e a terceira destinada aos povos indígenas. "O livro forma cidadãos e o conhecimento tem que ser multiplicado e compartilhado voluntariamente", disse o idealizador do projeto. Dentre os livros que serão doados, destacam-se o de autores tocantinenses, como o de Odir Rocha.

O professor Gilberto Xerente, da aldeia funil, acredita que o projeto incentivará a leitura na comunidade. "A gente fica muito feliz por isso, da importância da leitura para nossa comunidade, para crianças e jovens acessarem um conhecimento diverso através dos livros".

Segundo Guimarães, a intenção é que no dia da inauguração haja um intercâmbio de culturas. "Nós vamos levar nossa cultura também, vai ter um professor de violino, de flauta, a cantora Késia Carvalho e vamos assistir a apresentações culturais dos povos indígenas". Devem participar representantes do Ministério Público Federal, Justiça Federal, OAB e Academia Tocantinense de Letras.



Lideranças do distrito de Extrema levam reivindicações a secretaria de Assistência Social

SÍTIO RONDÔNIA VIP, 14.08.2014

A secretária municipal de Assistência Social, Josélia Ferreira, recebeu em seu gabinete, esta semana Antônio José dos Santos Silva, o Novo, e Ricardo Botelho, lideranças de Extrema, o distrito o mais populoso localizado na chamada Ponta do Abunã. As lideranças vieram reivindicar da secretária de Assistência Social – Semas, o cadastramento de indígenas que habitam a região para que então possam receber o benefício do Bolsa Família.

Antônio José, o Novo, disse que existe uma população de aproximadamente 800 índios, e segundo ele nem 200 recebem o benefício do Bolsa Família a que tem direito. “O restante está sem receber e para receber sabemos que é preciso fazer o Cadastro Único. É o cadastramento desses índios que viemos hoje aqui na Semas reivindicar”, disse Novo.

A secretária explicou que na semana passada, visitou a Ponta do Abunã, e conseguiu reunir, conversar e sentir de perto as necessidades daquela comunidade. “Então tivemos conhecimento dessa questão dos indígenas que tem direito, e não estão recebendo o benefício do Bolsa Família. Nós temos cadastrados muitos indígenas na Semas, mas agora, tomemos conhecimento que existe um grupo maior e então, lá mesmo em Extrema, nos comprometemos buscar a solução para a questão. Já acertamos que faremos um calendário em conjunto com a comunidade. Vamos então nos organizar com as datas, para então visitarmos essa população indígena, nas aldeias, para que possamos fazer todo levantamento e apresentar esse diagnóstico para MDS”, disse Josélia Ferreira.

“Agradecemos a secretária Josélia Ferreira por ido até ao distrito de Extrema nos visitar e observar de perto nossas dificuldades e também pela sua boa vontade que demonstrou em resolver essa questão do benefício do Bolsa Família para os indígenas que moram em nossa região”, disse Antônio José, o Novo.

Fonte:Comdecom



Vereador Dario participa do encerramento do Pronatec Indígena em Caarapó
SÍTIO CAARAPÓ NEWS, 14.08.2014

O vereador Dario Ramires (PR) – principal representante indígena em Caarapó participou na última semana do encerramento do curso de horticultura orgânica, ministrado a 15 alunos da reserva indígena Tey'i kue - através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

De acordo com o vereador o curso de horticultura teve como objetivo fornecer capacitação de tratamento do solo, produção mudas de qualidade, ensinar a comunidade indígena técnicas de comercialização e até mesmo a visão de empreendedorismo no campo.

Dário ainda explicou que os alunos aprenderam que é possível produzir alimentos com qualidade, sem o uso de agrotóxicos. "Através deste curso os alunos puderam aprender que assim como nossos antepassados, é possível produzir alimento mais saudável" explicou o vereador.

O Pronatec Indígena chegou à comunidade graças à indicação do vereador Dário.



Boletim de Notícias - Edição nº 141 / 2014

Brasília, 14 de agosto de 2014.

Tacuru conquista 50 casas pra a comunidade indígena

SÍTIO SUL NEWS, 14.08.2014

Na última sexta feira, dia oito de agosto, o prefeito Paulo Pedro Rodrigues (Pedrinho - DEM) esteve presente nas dependências da Câmara Municipal, onde pode prestigiar a assinatura dos contratos de casas que serão construídas nas comunidades indígenas do município de Tacuru.

Ao todo serão construídas 50 casas, no início do projeto. Na oportunidade estiveram presentes o secretário de assuntos indígenas - Peterson Maia, o secretário de Habitação e Desenvolvimento Econômico - Valmir Otilio da Silveira, o secretário de Educação - Carlos Vital, o secretário de esporte - Veronil Geraldo, o chefe do Departamento de Recursos Humanos - Pedro Celestino, o chefe do Departamento de Compras - Ademir Rzatki, o chefe do Departamento de cadastro - Jose Carlos, o gerente Gerald da Caixa Econômica Federal (CEF) de Amambá - Valteir Gomes de Oliveira os vereadores Ancilo Castelão, Edson Cordoba, Paulo Sergio Lopes Mello, Algacir Machado dos Reis e Ito Milani.

Juntos o prefeito Pedrinho o secretário de Habitação - Valmir Otilio da Silveira tem realizado uma grande corrida junto ao poder estadual e federal para a aquisição de moradias para o município através do programa Minha Casa Minha Vida.



Países não cumprem compromissos em relação ao desenvolvimento de crianças indígenas

SÍTIO ECODEBATE, 14.08.2014

No Brasil, o índice médio de mortalidade de crianças indígenas de até nove anos é quase o dobro da média de crianças não indígenas.

Apesar dos ganhos significativos para as crianças desde a adoção da Convenção sobre os Direitos da Criança, em 1989, o mundo não vem cumprindo seus compromissos em relação às crianças indígenas. Seja em países de baixa, média ou alta renda, crianças indígenas ainda enfrentam disparidades gritantes em todos os indicadores de desenvolvimento humano.

No Brasil, por exemplo, o índice médio de mortalidade de crianças indígenas de até nove anos é quase o dobro da média de crianças não indígenas.

Essa realidade foi divulgada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) nesta semana ao marcar o Dia Internacional dos Povos Indígenas no último dia 9 de agosto. O UNICEF apoia programas voltados ao cumprimento dos direitos de povos indígenas, promovendo ainda políticas e programas para reduzir as desigualdades.

“Não é admissível que, um quarto de século após afirmar os direitos das crianças em todas as partes do mundo, as nações continuem deixando para trás parcelas significativas de suas populações”, afirmou a diretora adjunta de programas do UNICEF, Susana Sottoli, na área de direitos da criança. “Está mais do que na hora de eliminar as diferenças para todas as crianças indígenas, de modo que a Convenção se torne uma realidade também para elas.”

Violência, exploração e abusos

Crianças indígenas têm uma probabilidade muito menor de conseguir frequentar a escola e ter bons resultados educacionais devido a uma diversidade de fatores, entre os quais estão pobreza, gênero, ausência de educação bilíngue, distância da escola e calendário escolar.

Além disso, crianças indígenas são desproporcionalmente afetadas por violência, exploração e abusos. Na América Latina, a probabilidade de crianças indígenas serem obrigadas a trabalhar é muito maior do que as não indígenas, em parte devido aos altos níveis de pobreza.

As 101 mil crianças indígenas, distribuídas por todas as unidades federativas, com exceção do Piauí, Rio Grande do Norte e Distrito Federal, são bastante afetadas pela extrema pobreza e outros fatores que prejudicam o seu desenvolvimento.

Enquanto o Brasil apresenta índices de redução de mortalidade infantil, dentro das comunidades indígenas se nota que as crianças sofrem com vários problemas de saúde que

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 141 / 2014

Brasília, 14 de agosto de 2014.

muitas vezes levam à morte, como a desnutrição, a prevalência de doenças parasitárias e alta incidência de tuberculose, cinco vezes mais alta que a registrada entre a população não indígena.

A primeira Conferência Mundial sobre Povos Indígenas, que será realizada em setembro, representará um momento crucial para voltar a atenção para mudanças urgentes necessárias, de modo a garantir que os formuladores de políticas levem em conta os direitos das crianças indígenas.

Segundo o último censo, de 2010, vivem em aldeias hoje no Brasil cerca de 800 mil índios, distribuídos em 611 terras indígenas e centros urbanos. A população de mulheres indígenas é de aproximadamente 408 mil e de crianças indígenas de até 9 anos é de 101 mil. Na Amazônia Legal brasileira encontramos 49% das 230 etnias, falantes de mais de 180 idiomas.

Fonte: ONU Brasil



Ampliação da escola indígena Ubaldo terá início nos próximos dias em Tacuru

SÍTIO O LIBERAL NEWS, 14.08.2014

O prefeito de Tacuru Paulo Pedro Rodrigues esteve na última semana com a secretária estadual de Educação Maria Nilene Badeca da Costa, onde trataram da obra de extensão e ampliação da Escola municipal indígena Ubaldo Arandu Kwe-Mi, onde serão construídas mais 6 salas de aula. Esta é mais uma conquista do prefeito Pedrinho em parceria com o vice-prefeito Abel Augusto Rodrigues, empenho do secretário de Educação Carlos Vital e do vereador Ancilo Castelão. "A ampliação é uma grande conquista para a comunidade da aldeia indígena Sassoró, pois sabemos a importância de destinar melhorias na Rede Municipal de Ensino, não somente na estrutura da escola mas também na qualificação de professores, pois assim estaremos preparando as crianças e adolescentes para um futuro melhor, mas sempre mantendo suas tradições e cultura", destacou Pedrinho.

A secretária afirmou que "construir mais salas de aula é muito bom porque já existe uma estrutura capaz de atender as necessidades, vamos com isso receber novos alunos". Nilene adiantou que estão em estudos várias outras parcerias com o município que irão beneficiar todo o segmento estudantil, entre estas parcerias estaria a implantação de cursos de diversos segmentos na área da educação, reforçando que o início da ampliação da escola na aldeia deverá acontecer em breve.

Fonte: O Liberal News



Boletim de Notícias - Edição nº 141 / 2014

Brasília, 14 de agosto de 2014.

Projetos econômicos e patrimônio cultural indígena são discutidos em Manaus

SÍTIO PORTAL AMAZÔNIA, 14.08.2014

Evento contará com a participação da coordenadora do curso de pós-graduação em Antropologia da Ufam

MANAUS – A Questão Indígena estará em debate nesta sexta-feira (15), na Universidade do Estado do Amazonas (UEA) com a mesa redonda “Projetos econômicos e patrimônio cultural indígena”. O evento será organizada pelo Comitê Gestor de Atuação Integrada entre a Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (Seind) e a Fundação Nacional do Índio (Funai).

O evento terá início às 15h, no auditório da Escola Superior de Artes (ESAT/UEA). A mesa redonda terá como debatedores o secretário da Seind, Bonifácio José Baniwa; o professor da Universidade Federal de Campina Grande (PB), Rodrigo Grünewald; e o membro do Conselho Geral das Tribos Sateré-Mawé (CGTSM), Obadias Batista.

Os trabalhos terão a coordenação da professora doutora Priscila Faulhaber Barbosa, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), que também é titular do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST).



Seminário discutiu a inclusão educacional de afro-descendentes e indígenas

SÍTIO IFRN, 14.08.2014

O I Seminário Sobre Diversidade Étnico-Racial reuniu servidores e alunos do IFRN, além de representantes de comunidades quilombolas e indígenas para discutirem questões importantes acerca da diversidade de raças e etnias presentes no Rio Grande do Norte, como aquelas que tornem mais efetivas as ações afirmativas desenvolvidas pelo Instituto. A expectativa dos organizadores do evento é de que ele ajude a fortalecer a implantação dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabis) em todos os campi do Instituto, possibilitando a formação continuada na área.

As boas vindas aos participantes foram dadas pelo som dos tambores e dos versos do grupo Coco de Roda do Mestre Severino. Fundado há seis anos, na Vila de Ponta Negra, em Natal, o grupo vem resgatando essa que é uma das mais tradicionais manifestações culturais do nordeste brasileiro. Contagiados pelo ritmo, servidores e alunos subiram ao palco para participar das evoluções das dançarinas do grupo.

O IFRN Campus Nova Cruz foi representado por servidores (docentes e técnico administrativos), corpo discente e representante da sociedade civil.



Povos indígenas e quilombolas: a mesma luta diante dos mesmos inimigos

SÍTIO CIMI, 14.08.2014

Augusta Eulália Ferreira*

Para muitos pode parecer força de expressão afirmar que os inimigos dos povos indígenas são os mesmos dos quilombolas – e pode-se dizer também de outras comunidades tradicionais. Contudo, os fatos evidenciam que a realidade, infelizmente, é esta.

O Brasil já há alguns anos, e cada vez mais, vem intensificando aspectos que caracterizaram o processo colonial primeiro, aquele iniciado ainda no século XVI. Entre estes aspectos destaca-se, em grande vulto, a reprimarização da economia. Ou seja, semelhante àquela aurora das primeiras invasões, hoje este continente destaca-se pela exportação de matérias primas. Da madeira e do açúcar, produtos principais dos saques iniciais, ampliou-se absurdamente a variedade de mercadorias exploradas e exportadas atualmente, como, por exemplo, os grãos, carnes e minérios. Na cadeia de produção, a exploração do ser humano e da natureza entram também como commodities disfarçadas nesta fase neocolonial.

É justamente no literal lastro dessa exploração, os territórios invadidos, que se instalam os inimigos comuns de indígenas e quilombolas. Sabe-se que para a produção em larga escala, os monocultivos de base exportadora utilizam porções quilométricas dos solos brasileiros. Estes, não podemos esquecer, estão concentrados nas mãos de menos de 3% de proprietários que dominam mais de 60% das terras agricultáveis.

Considerando que na essência do latifúndio e dos monocultivos estão a superexploração dos solos, o uso intensivo de venenos, a quebra do equilíbrio da natureza pelo emprego exagerado de maquinários e químicos, a “necessidade” de novas áreas constantemente é imposta. É aqui que entram, ou saem, os povos indígenas e as comunidades quilombolas.

Para garantir a contínua expansão das terras e seus outros interesses, setores como o agronegócio e as empresas multinacionais vinculadas a ele vêm se fortalecendo de diversas maneiras e se confrontando aos direitos dos povos. Neste sentido, constata-se uma crescente articulação contra as garantias constitucionais, a duras penas conquistadas pelos povos indígenas e quilombolas. Destaca-se o amplo poder destes setores no Congresso Nacional e suas iniciativas para alterar ou criar leis que significam um verdadeiro retrocesso nos direitos territoriais. Da Câmara dos Deputados emanam iniciativas absurdas como a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215 - e outras onze à ela apensadas -, que transfere do Executivo para o Legislativo a atribuição de demarcação de terras indígenas e titulação de terras quilombolas, além da criação de unidades de conservação ambiental. A bancada ruralista, minoria social brasileira, desproporcionalmente super-representada no Congresso, legisla em causa própria, ao avançar ofensivamente sobre as históricas conquistas dos movimentos indígena e quilombola.

CONT.



Além dos problemas acima expostos o poder Executivo, que tem a obrigação constitucional de efetivar o direito territorial dessas populações, soma-se ao rol dos inimigos dos povos. Um dos fatos que mais explicita essa postura do Executivo é a efetiva paralisação dos processos de demarcação das terras indígenas e titulação das terras quilombolas. Apesar de uma homologação ter sido assinada, nenhum procedimento demarcatório de terra indígena foi concluído em 2013. Desse modo, a média anual de terras demarcadas da presidente da República Dilma Rousseff diminuiu para 3,6, a pior média desde o fim da ditadura militar, consolidando-a como a chefe de Estado que menos demarcou terras indígenas na história recente do país. Muito possivelmente assim será também quanto às terras quilombolas.

Segundo a pesquisadora Rosa Elizabeth Marinho, da Universidade Federal do Pará (UFPA), não há nenhuma disposição do governo em efetivar este direito às comunidades. Ela afirma que esta paralisação nas titulações visa atender aos interesses do agronegócio. Ou seja, a subserviência governamental também se expressa quando o assunto é o direito quilombola. Dados de uma recente pesquisa divulgada pela Comissão Pró-índio, de São Paulo, indicam que neste ano não foi titulada nenhuma terra quilombola no Brasil. A mesma organização divulgou que em 2013 apenas quatro terras quilombolas foram tituladas, sendo que três receberam títulos parciais. Esta parece ser uma orientação do governo também para as terras indígenas, visto que o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, em suas pseudo negociações, reduziu terras já reconhecidas pelo órgão indigenista governamental, como as dos Guarani, no Rio Grande do Sul, e dos Xetá, no Paraná.

O que não se reduz são os benefícios concedidos pelo governo ao agronegócio. De R\$ 136 bilhões, em 2013, os recursos para o Plano Safra aumentaram para R\$ 156 bilhões em 2014/15. Parece, portanto, não ser coincidência o fato de que este foi o setor que mais doou, até o momento, para a campanha à reeleição da presidente Dilma Rousseff, com destaque para a empresa JBS, que doou R\$ 5 dos R\$ 6,35 milhões repassados pelo setor, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Tudo indica que, como essas “trocas de gentilezas” tendem a se manter, aos povos indígenas e quilombolas restará intensificar os laços de união e as lutas conjuntas, como vêm acontecendo em diversas regiões do Brasil.

Refazendo, reavivando ou intensificando as antigas alianças, como já ocorreu no passado quando se uniram para enfrentar a escravidão colonial, indígenas e quilombolas tecem as novas redes da história. “Com nossa cantoria e o toque do tambor, no gingado da nossa dança, reafirmamos nossa identidade quilombola. Com nossos maracás e nossos pés batendo forte no chão, anunciamos que somos povos indígenas desta terra e é nosso esse chão. Compartilhamos nossa alegria de viver, denunciamos as injustiças e anunciamos um novo tempo de luta e resistência”, afirmam conjuntamente[1].

*Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)



MPF recomenda retorno das atividades em escola indígena no Pará

SÍTIO PR/PA, 14.08.2014

A escola teria sido fechada por falta de alunos.

O Ministério Público Federal no Pará (MPF) recomendou que a prefeitura e a secretaria municipal de educação de Jacareacanga garantam o retorno das atividades na escola de ensino fundamental Waro Biatpu, localizada na Aldeia Posto de Vigilância na terra indígena Munduruku. O objetivo é sanar eventuais prejuízos à comunidade por conta da suspensão das aulas no local.

A prefeitura do município teria fechado a escola por falta de alunos. Mas, de acordo com a recomendação da Procuradoria da República em Itaituba, "o caráter especial da educação indígena impede o fechamento ou suspensão das atividades de suas escolas quando há demanda para formação escolar, ainda que em menor número".

Com a suspensão das aulas na escola Waro Biatpu, os alunos foram remanejados para outra escola, localizada em uma comunidade diferente. No entanto, não levaram em consideração o aspecto da locomoção e a possibilidade de ocorrer evasão escolar por conta da distância entre as comunidades - principalmente porque não há como afirmar se todos os alunos anteriormente matriculados estão frequentando as aulas na outra comunidade.

O MPF estabeleceu o prazo de 45 dias, a contar do recebimento da recomendação, para que a prefeitura e a secretaria municipal de educação de Jacareacanga se manifestem sobre o acatamento do documento.

Acesse a recomendação aqui.

(http://www.prpa.mpf.mp.br/institucional/prpa/recomendacoes/2014/recomendacao.nf_031.2014-44_escola.indigena.earo.biatpu.pdf)

George Miranda

Ministério Público Federal no Pará
Assessoria de Comunicação
(91) 3299-0148 / 8403-9943 / 8402-2708
ascom@prpa.mpf.gov.br
<http://www.prpa.mpf.mp.br/>
http://twitter.com/MPF_PA



Jogos Urbanos Indígenas tem inscrições abertas

SÍTIO JL NEWS, 14.08.2014

Índios de diversas etnias participarão do evento, que acontecerá no dia 27 de julho, em Campo Grande

Promovendo o esporte e a valorização da cultura indígena, a Prefeitura Municipal de Campo Grande está promovendo os Jogos Indígenas 2014. Ao todo, serão seis modalidades diferentes, algumas delas típicas dos costumes nativos, nesta segunda-feira (14), a Fundação Municipal do Esporte (Funesp) abriu o prazo para inscrições.

Em sua 9ª edição, os jogos indígenas irá reunir índios de Campo Grande, do interior de Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso. Segundo a organização, foram convidadas comunidades indígenas das etnias Terenas, Guatós, Kimikinau, Guaranís-Caiuás, Kadiwes, Xavante e Bororó. Eles disputarão nas modalidades de atletismo, voleibol, futebol society, arco e flecha, lança e cabo de guerra.

Conforme o Presidente da Funesp, José Eduardo Amâncio da Mota, o 'Madrugada', os jogos são fundamentais por contribuírem para o desenvolvimento da sociabilidade, das emoções, da inteligência e por fomentar a prática esportiva entre os indígenas. "Os Jogos indígenas têm características específicas, são atividades mais corporais, algumas até lúdicas que envolvem também as modalidades oficiais como futebol, atletismo e voleibol".

Líder das Comunidades Indígenas de Campo Grande, Adierson Venâncio, acredita que os jogos representam a integração, o resgate da cultura e da tradição indígena. "Os jogos são uma forma de ficarmos sabendo como estão os indígenas, o que eles estão fazendo, se estão em Campo Grande, se estão estudando ou trabalhando. Serve para integrar e interagir nossa população", afirmou.

Os Jogos Indígenas acontecerão no dia 27 de julho, no Parque Ayrton Senna, situado no bairro Aero Rancho. Para as inscrições, é necessário ir até a sede da Funesp, na rua Furnas, 663, Santa Fé.



União é acionada para comprar área para índios no MS
SÍTIO CONFLITOS AGRÁRIOS, 14.08.2014

Por Agência Conflitos Agrários

image_preview mpf msO MPF (Ministério Público Federal) do Mato Grosso do Sul acionou a União na Justiça para forçá-la a comprar uma área de 30 hectares que será usada para acolher índios guarani-kaiowá da comunidade Curral do Arame (Tekoha Apika'y), até a demarcação definitiva da terra.

A área a ser adquirida deve estar localizada dentre limites indicados pelos índios como território tradicional. Segundo o MPF, a medida busca sanar a omissão da União em iniciar os estudos demarcatórios; reduzir o conflito fundiário na região, concretizado em recorrentes ameaças de morte a membros da comunidade; e dar efetividade a direitos previstos na Constituição, como o direito à sobrevivência, ao bem-estar e à reprodução física e cultural dos índios "segundo seus usos, costumes e tradições".

LÁSTIMA – Na ação, o MPF enfatiza as precárias condições estruturais do acampamento e destaca que a manutenção dos índios na beira da rodovia contribui para o elevado índice de mortes por atropelamentos entre os guarani. Em 3 anos, sete índios da comunidade perderam a vida na BR-463.

"A omissão da União tem ocasionado graves prejuízos aos povos indígenas, seja pela invasão de suas terras tradicionais por terceiros, seja pela exploração ilegal dos recursos naturais das terras indígenas e, principalmente, pelo desalojamento desses povos que vem se abrigando às margens de movimentadas rodovias, como no caso de Curral do Arame", destaca o MPF.

Segundo o órgão ministerial, o ajuizamento da ação para a concessão de pequeno território ao grupo foi "a última alternativa encontrada para garantir um mínimo de dignidade aos índios até que haja a regularização do território tradicional".

EXPULSOS DA TERRA – A comunidade indígena Curral do Arame, denominada pelos guarani-kaiowá como "Tekoha Jukeri'y" ou "Tekoha Apika'y", está localizada às margens da BR-463, no trecho entre Dourados e Ponta Porã.

Segundo estudo antropológico, os índios da comunidade foram expulsos de suas terras tradicionais para a expansão da agricultura e da pecuária.

Parte desta população foi recrutada para trabalhar em fazendas da região como mão de obra barata até que se tornaram "incompatíveis" com a produção.

Os índios resistiram em deixar suas terras, ocupando áreas de reserva legal de propriedades rurais, mas foram obrigados a fugir após a morte do patriarca da família, Hilário Cário de Souza, em 1999, atropelado por funcionário da fazenda que ocupava.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 141 / 2014

Brasília, 14 de agosto de 2014.

Desde então, os guarani passaram a viver na fina faixa de domínio da rodovia, em barracos improvisados, em frente à terra que reivindicam como tradicional.

INCÊNDIO – Além das precárias condições estruturais, o acampamento indígena Curral do Arame já foi queimado duas vezes, a última em grande incêndio ocorrido na região em 2013.

Em mais de uma década de idas e vindas, retomadas e despejos compulsórios, a regularização da comunidade ainda não foi realizada. Apesar da existência de Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre o MPF e a Funai para início do procedimento demarcatório, até o momento, sequer foi constituído Grupo Técnico para os estudos iniciais.

“A inércia do Estado tem custado caro à comunidade, que, sem expectativa de regularização fundiária, vive em péssimas condições, arriscando o bem mais precioso de seus integrantes: a vida”.



Proprietários de terra temem novos conflitos com indígenas

SÍTIO A TARDE, 14.08.2014

Proprietários de terra da região de Buerarema (a 455 km de Salvador), no sul da Bahia, temem que retornem os conflitos com indígenas após a saída das tropas do Exército, realizada nesta segunda-feira, 14.

A Força Nacional e a Polícia Militar reassumiram, também ontem, o controle das operações de segurança na região que ainda compreende os municípios de Una e Ilhéus.

Desde março, após pedido de aplicação da Garantia da Lei e da Ordem (GLO), feito pelo governador Jaques Wagner ao ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, o Exército fazia o policiamento nos três municípios.

Segundo informações contidas em nota da Secretaria de Segurança Pública (SSP) da Bahia, a Força Nacional, que já disponibilizava um pelotão nas regiões de conflito, incorporará mais um grupamento de policiais e reforço logístico.

Da Polícia Militar, serão 130 homens, distribuídos em regime de plantão, no 15º Batalhão e na Companhia Independente de Policiamento Especializado/Cacaueira, ambos em Buerarema. Parte deste efetivo irá ainda para os municípios de Una e Ilhéus.

A SSP não divulgou ontem balanço do primeiro dia de operações das tropas, que chegam para reforçar o policiamento no local. Somente nesta terça (15), um balanço poderá ser divulgado.

Tensão

O produtor rural de Buerarema, Alfredo Falcão, disse que a situação de conflito com índios tupinambás gera tensão entre os produtores da região. "Com a saída do Exército, tememos que retorne a insegurança de três ou quatro meses atrás", apontou.

No dia 4 de julho, um produtor e um índio tupinambá foram assassinados em uma fazenda de Santaninha de Ilhéus. A Polícia Civil tinha como principal hipótese a motivação por vingança, relativa à disputa por terras.

"Mas nós não vemos os inquéritos andarem. Os autores dos crimes não são presos e continuam armados. E mesmo com reintegrações de posse determinadas pela Justiça Federal, muitos proprietários de terra temem retornar. Não há segurança", diz Alfredo Falcão.

Os índios da etnia tupinambá reivindicam a posse de mais de 47 mil hectares entre os três municípios, onde se concentram em torno de 300 fazendas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 141 / 2014

Brasília, 14 de agosto de 2014.

A indígena Magnólia da Silva disse, por sua vez, que o clima na região é de tranquilidade na aldeia tupinambá Serra do Padeiro. Ela é irmã de Rosivaldo Ferreira da Silva, conhecido como cacique Babau, liderança dos indígenas na região.

"Ainda não vimos ninguém da Força Nacional. Ficamos sabendo que o Exército sairia nesta segunda, mas está tudo tranquilo por aqui na aldeia", disse Magnólia.



Indígenas recebem atendimento da Vara da Justiça Itinerante na Casai

SÍTIO FOLHA DE BOA VISTA, 14.08.2014

Tiveram início hoje (14) os atendimentos da Justiça Itinerante na Casa de Apoio à Saúde do Índio (Casai), que serão realizados até a quarta-feira (16).

As maiores procuras no atendimento são a emissão do registro de nascimento e o reconhecimento de paternidade. Esse trabalho tem o objetivo de registrar os índios doentes que não possuem documentos, sem que eles tenham a necessidade de se dirigir ao centro da cidade.

De acordo com Ana Luiza Martinez, conciliadora, esse trabalho na Casai vem sendo realizado desde o ano passado, e como a demanda estava muito grande eles pediram que fossem inseridos no calendário desse ano.

“Estivemos aqui no mês passado e fizemos 64 registros de nascimento às pessoas que estão aqui doentes e não tem documento. Hoje estamos retornando também com o apoio do cartório que é o nosso parceiro”, afirmou.

Há previsão de três atendimentos na Casai ao longo deste ano, sendo que o terceiro está agendado para o mês de setembro. As etnias Yanomami, Iekuana, Xirichana, Xiriana, Macuxi, Ingaricó e Patamona, dentre outras, estão sendo atendidas na unidade móvel da Justiça Itinerante.

“Achei bom esse trabalho, pois vim visitar meu pai que está internado na CASAI e aproveitei para registrar minha filha de 3 meses e emitir minha 2ª via da certidão”, disse Laurinho Xirichana, da Comunidade Uxiú.

Fonte: TJ